

Diário do Legislativo de 06/12/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adata - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líderes: Ronaldo Canabrava e José Henrique

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Nivaldo Andrade

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: João Pinto Ribeiro

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Ivo José

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

11) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Cabo Morais

Vice-Líder: Pastor George

12) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Sávio Souza Cruz

Vice-Líder: Luiz Tadeu Leite e Ronaldo Canabrava

13) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Antônio Andrade

14) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB Presidente
Oliveira

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Cabo Morais PL

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS Vice-Presidente

Deputado Alberto Pinto Coelho PPB

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho	PTB
Deputado Doutor Viana	PDT
Deputado José Milton	PL
Deputada Ivo José	PT
Deputado Sebastião Costa	PFL
Deputado Irani Barbosa	PSD

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo	PSD	Presidente
Deputado Geraldo Rezende	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Mauri Torres	PSDB	
Deputado Bené Guedes	PDT	
Deputada Matozinhos	Elaine PSB	

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSD
Deputado Luiz Tadeu Leite	PMDB
Deputado Hely Tarquínio	PSDB
Deputado Alencar da Silveira Júnior	PDT
Deputada Chico Rafael	PSB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão	PSDB	Presidente
Deputado Glycon Terra Pinto	PPB	Vice-Presidente
Deputado Marcelo Gonçalves	PDT	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

SUPLENTES:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado José Milton PL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Eduardo Brandão PMDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputada Agostinho Silveira PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Márcio Cunha PMDB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo PFL
Hermeto

Deputado Rêmolo Aloise PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Maria José Haueisen PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José PT Vice-Presidente
Haueisen

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado Nivaldo Andrade PPB

SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues	PMDB	Presidente
Deputado Paulo Piau	PFL	Vice-Presidente
Deputado Márcio Kangussu	PPS	
Deputado João Batista de Oliveira	PDT	
Deputado Aílton Vilela	PSDB	

SUPLENTES:

Deputado Paulo Pettersen	PMDB	
Deputado Sebastião Costa	PFL	
Deputado Fábio Avelar	PPS	
Deputada Álvaro Antônio	PDT	
Deputado Carlos Pimenta	PSDB	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto	PPB	Presidente
Deputado Djalma Diniz	PSD	Vice-Presidente
Deputado Eduardo Brandão	PMDB	
Deputada Maria Olívia	PSDB	
Deputado Marco Régis	PPS	

SUPLENTES:

Deputado Luiz Fernando Faria	PPB	
Deputado Dinis Pinheiro	PL	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Wanderley PPS
Ávila

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 11 horas

EFETIVOS:

Deputado Miguel Martini PSDB Presidente

Deputado Pastor George PL Vice-Presidente

Deputado Dimas PMDB
Rodrigues

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Edson Rezende PSB

SUPLENTES:

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amílcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo PMDB
Canabrava

SUPLENTES:

Deputado Rogério PT
Correia

Deputado João Leite PSDB

Deputado José Milton PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado
Andrade Antônio PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado
Antônio Álvaro PDT Presidente

Deputado
Santiago Arlen PTB Vice-Presidente

Deputado
Nogueira Ivair PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado
Pinheiro Dinis PL

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Fábio Avelar PPS Presidente

Deputada Elbe Brandão PSDB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado
Ribeiro João Pinto PTB

Deputado Alberto Bejani PFL

SUPLENTE:

Deputado Marco Régis	PPS
Deputado Amilcar Martins	PSDB
Deputado Dimas Rodrigues	PMDB
Deputado Ambrósio Pinto	PTB
Deputado Bilac Pinto	PFL

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

2 - ATAS

2.1 - 195ª Reunião Ordinária Interrompida

2.2 - Reunião de Comissão

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

MEDALHA COMEMORATIVA DOS 500 ANOS DO BRASIL

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Colégio de Líderes e Presidentes de Comissões, em sua reunião do dia 16 de novembro de 2000 e nos termos da Deliberação da Mesa nº 1.876, de 2 de maio de 2000, decidiu conceder a Medalha Brasil 500 Anos aos seguintes agraciados:

Mundo Oficial

Poder Executivo – Governo do Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Área Econômica

Banco Mercantil do Brasil S.A.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL

Companhia de Fiação e Tecido Cedro Cachoeira

Cooperativa Mista de Abaeté Ltda. – COOPERABAETE

Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG

Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais

VDL Siderurgia Ltda.

Cultura

Academia Mineira de Letras

Associação Galpão – Grupo Galpão

Corpo Ltda. – Grupo Corpo

Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus – Banda de Mariana

Fundação de Arte Madrígal Renascentista

Giramundo Teatro de Bonecos – Grupo Giramundo

Irmandade Nossa Senhora do Rosário – Comunidade dos Arturos

Município de Diamantina – Patrimônio Mundial da Humanidade

Município de Ouro Preto – Patrimônio Mundial da Humanidade

Ecologia

Rio São Francisco – Município de São Francisco

Educação

Associação da Igreja Metodista – 4ª Região Eclesiástica

Clérigos Regulares de São Paulo – Padres Barnabitas

Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo – Vicentinas

Companhia de Jesus – Jesuítas

Congregação das Irmãs de Santa Marcelina

Congregação do Verbo Divino

Congregação Redentorista CssR

Convenção Batista Mineira

Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto

Inspetoria Madre Mazzarello – Salesianas

Inspetoria São João Bosco – Salesianos

Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria

Instituto de Educação de Minas Gerais

Instituto dos Irmãos Maristas

Irmãs Concepcionistas Missionárias do Ensino

Missionárias Servas do Espírito Santo

Ordem de Santo Agostinho – Congregação Agostiniana

Ordem dos Frades Menores – Província Franciscana da Santa Cruz

Ordem dos Pregadores Dominicanos

Primeira Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte

Provincia Brasileira da Congregaçao da Missao – Padres Lazaristas

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Universidade Federal de Minas Gerais

Esporte

Clube Atlético Mineiro

FEB – Associação Nacional dos Veteranos das Forças Expedicionárias Brasileira

Filantropia

Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo

Imprensa

Associados

Empresa Jornalística Ltda. – "A Gazeta de Minas"

Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. – Rádio Solar

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais

Maçonaria

Grande Loja Maçônica de Minas Gerais

Grande Oriente de Minas Gerais

Grande Oriente do Estado de Minas Gerais

Política

Casa de Juscelino

Povos Indígenas

Krenacks

Pataxós

Maxacalis

Xacriabás

Religião

Arquidiocese de Mariana

Assembléia de Deus

Trabalhadores e Representações de Classes Profissionais

Associação Médica de Minas Gerais

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais

Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado de Minas Gerais

Ordem dos Advogados do Brasil/Minas Gerais

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Belo

Horizonte e Contagem

Sociedade Mineira de Engenheiros

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

O Conselho da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, em sua reunião do dia 13 de novembro de 2000 e nos termos da Resolução nº 2.778, de 27 de abril de 1982, decidiu conceder o Mérito Legislativo às seguintes personalidades:

Grande Mérito

Ministro João Pimenta da Veiga Filho - promoção

Ministro Carlos Carmo Andrade Melles - promoção

Ministro Nilson Vital Naves

Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira

Prefeito Célio de Castro - promoção

Doutor Gianni Coda

Doutor Roberto Vedovato

Doutor Bernardus Johannes Antonius Van Schaik

Doutor Rudolph Bernhard Eckrodt

Mérito Especial

General-de-Divisão Rômulo Bini Pereira

Deputado Estadual Agostinho Fernandes da Silveira

Deputado Estadual André Luiz Lopes da Silva

Deputado Estadual Dalmo Roberto Ribeiro Silva

Deputado Estadual Eduardo Gustavo Farnese Brandão

Deputado Estadual Henry Charles Armond Calvert

Deputada Estadual Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves

Deputado Estadual José Milton de Carvalho Rocha

Deputado Estadual Luiz Carlos da Rocha Novaes

Deputado Estadual Orlando Pessuti

Deputado Estadual Newton de Moraes

Deputado Estadual Ronaldo Canabrava

Deputado Estadual Washington Fernandes Rodrigues

Coronel-Aviador Francisco José da Silva Lobo

Coronel-de-Artilharia Alberto Hallwass

Desembargador Bernardino Godinho Campos

Juiz Relbert Chinaidre Verly

Juiz Pedro Henriques de Oliveira Freitas

Conselheiro Aluísio Gama de Souza

Secretária de Estado Angela Pace Prata Silva de Assis

Secretário de Estado Francisco José de Oliveira

Secretário de Estado Mauro Santos Ferreira

Coronel PM Marco Antônio Nazareth

Coronel BM Osmar Duarte Marcelino

Padre José de Sousa Nobre

Doutor José Eduardo Lima Pereira

Engenheiro Marco Antônio Marques de Oliveira

Irmã Margarida Generoso

Doutor Clésio Soares de Andrade - promoção

Engenheiro Luiz Gonzaga Leal

Engenheiro Ivan Ribeiro de Oliveira

Economista Geraldo José Gomes - promoção

Engenheiro Adauto Pereira Valias - promoção

Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá

Arcebispo Aloisio Roque Oppermann

Jornalista Orion Teixeira

Engenheiro José Pedro Rodrigues de Oliveira – promoção

Dom Leonardo de Miranda Ferreira

Reitor Ney Soares

Dom João Bosco Oliver de Faria

Empresária Dalva Camilo de Oliveira

Doutor Milton de Araújo

Dom Guilherme Porto

Advogado Amarílio Augusto de Andrade

Doutor José Maria Meirelles Junqueira

Doutor Antônio Sapori

Dom José Alberto Moura

Doutor José Afrânio Vilela

Doutora Helena Greco

Centro da Comunidade Luso-Brasileira

Associação Brasileira de Agências de Viagens

Empresário Alair Martins do Nascimento

Igreja Reino dos Céus

Empresário Tarcísio Schettino Ribeiro - promoção

Fundação Dom Bosco

Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira SR/BH - promoção

Igreja Universal do Reino de Deus

Universidade de Alfenas

Prefeito Carlúcio Mendes Leite - promoção

Engenheiro Italo Aurélio Gaetani

Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna

Teólogo Clodomir dos Santos Matos

Bispo Evangélico Alfredo Paulo Filho

Doutor Paulo Vivas Guimarães - promoção

Doutor Flávio Pentagna Guimarães - promoção

Mérito

Administrador Daniel Borja Pinto

Doutor Jeová Moreira da Costa

Doutor Luiz Tadeu Moreira Diniz

Comerciante Anderson Augusto Campolina

Advogado José Alfredo de Oliveira Baracho

Agricultor Amauri Andrade Pereira

Agricultor Sebastião Modesto de Oliveira

Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer

Padre Maximínio Medeiro da Silva

Empresário Lycio Márcio Sad Cadar

Padre Antônio Gonçalves

Empresário Walson Geraldo de Almeida

Doutor João Antônio de Souza

Prefeito Dalmo Vieira Leroy

Senhor Afrânio Alves de Mendonça

Doutora Orcanda Rocha Andrade Patrús

Economista Flávio Riani

Engenheiro Robson Braga de Andrade

Tenente-Coronel PM James Ferreira dos Santos

Engenheiro Zeferino Lavenére Machado Filho

Engenheiro Salim Armando

Engenheiro Lenin Daluce Cruz

Jornalista Josemar Gimenez Resende

Jornalista Baptista José Patrús Chagas de Almeida

Músico Agenor de Oliveira

Engenheiro Oscar José de Castro Lacerda

Prefeito Públio Chaves

Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais

Jornalista Marcelo Moreno

Engenheiro Horácio de Mendonça Netto

Major BM Matuzail Martins da Cruz

Jornalista Ricardo Soares Campos

Jornalista Benny Cohen

Jornalista Nereide Beirão

Engenheiro Antônio de Oliveira Alvim

Juiz Antônio Miranda de Mendonça

Doutor João Franco Filho

Advogado Francisco Carvalho Martins

Engenheiro Ramiro Abrantes Lopes Ribeiro

Engenheiro Fernando Leite de Siqueira

Doutor Ludovico Sebastião Costa

Senhora Luci Maria Brandão

Prefeito José Francisco Milagres Primo

Vereador José Higinio Ferreira

Advogado Carlos Willian de Souza

Pastor Orlando Herculano Barros

Delegado Fidelcínio Pedrosa Filho

Doutor Athaide Vieira dos Santos

Capitão PM João Lunardi

Advogado Márcio Lopes Costa

Jornalista Luiz Carlos Bernardes

Prefeito Osvaldo Fonseca

Engenheiro Milton Loureiro Júnior

Advogado Luiz Henrique Andrade de Araújo

Engenheiro Marco Antonio Andrade de Araújo

Prefeito Cláudio Valadares Filgueiras

Doutora Maria Stela Nascimento

Doutor José Luciano Pereira

Empresário Antônio Rodrigues César

Padre Raul Laranjeira de Mendonça

Associação Mineira de Defesa do Ambiente

Prefeito José Maria de Fátima Almeida

Prefeito Eraldino Soares de Oliveira

Doutor Giovany Antonio Fonseca

Prefeito Carlos Mário Pereira

Prefeito Francisco Adevaldo Soares Praes

Capitão PM Renato Sampaio Preste

Prefeito Augusto Ramos Filho

Prefeito Josefino Lopes Vianna

Professor Carlos Abel Guersoni Rezende

Prefeito Jair Siqueira

Curadora Mônica Botelho

Empresário José Braz

Associação Sul Mineira de Educação e Cultura

Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes

Doutor Dalmo Messias Latrônico

Senhor Jeremias Pereira da Silva

Doutor Jens Vilella Larfen

Advogada Dulce Naves Barbosa Gambogi

Agricultor Dickson Berchman de Melo

Contador Antônio Carlos Gallo

Professor Agamenon José Siqueira

Pedagoga Dalva Maria Thomaz Rocha

Pastor Paulo Luís Leocádio

Pastor Sérgio Eleotério Coelho

Coral São Francisco

Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento

Juiza Heloísa Helena de Ruiz Combat

Empresário Adson Marinho

Empresário Ermelindo da Rocha Faria

Prefeito Jésus Mário de Almeida Lima

Professor José Januzzi de Souza Reis

Vereadora Letícia da Penha

Doutor Geraldo Barroso de Carvalho

Doutor José Bruña Alonso

Empresário Eduardo Dias Hermeto

Empresário Francisco Maia Neto

Engenheiro Mário Lúcio Pinheiro Menim

Comerciário Vanderlei Teixeira Fernandes

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jequeri

Guarda-Mirim de Mantena

Engenheiro Roberto Luciano Fagundes

Doutora Marisa Dias

Advogado José Francisco Salles Lopes

Jornalista George Norman Kutova – "Post Mortem"

Engenheiro Salo Davi Seibel

Advogado Célio Copati Mazoni

Empresário Assis Ribeiro de Matos

Empresária Miriam Câmara Caldeira de Melo

Doutor Jânio Lima Borges

Técnico Agrícola José Walter Alves

Empresário Edmundo Versiani de Souza

Empresário Zilmio Rocha

Advogado Marcos Araújo de Oliveira

Empresário Francisco Adevaldo Soares Paes

Funcionário Público Adelino Carvalho Lino Júnior

Administrador David Borja Pinto

Engenheiro Ubirajara Pires Glória

Empresário Cresmar Ribeiro Dorneles

Pedagoga Nilda Iris Vaz Borges

Senhor Celso Pereira dos Santos

Assessor Empresarial Jorge Perutz

Professora Noemi Macedo Gontijo

Administrador de Empresas Marcelo Carlos da Silva

Senhora Filomena Tomásia

Padre Dalton Barros de Almeida

Médico Veterinário Altino Rodrigues Neto

Pastor Márcio Roberto Vieira Valadão

Pastor Paulo Roberto Prates Manzoni Andrade

Vereador Messias Pacheco Alves

Vereador João Gualberto Costa da Silva Filho

Advogado Túlio Vieira da Costa

Senhor Sivaldo Soares Leite

Prefeito Juvêncio Companheiro de Matos

Doutor Weber Americano

Vereador Hélio Afonso de Araújo

Doutor Manoel Mauro Ladeira Vilas

Prefeito Vicente Faria Paiva

Vice-Prefeito José Alonso da Silva

Prefeito Pacífico Estites Rodrigues

Vice-Prefeito Dalton José Abud

Irmã Ivone das Dores Drumond

Advogado Cácio Duarte Guerra

Doutor Athos Avelino Pereira

Prefeito Edilson Alves Vilasboas

Padre Ignácio Perez Rodrigues

Doutor Manoel Francisco Alves Silva

Doutor Gerson de Oliveira Costa Filho

Doutor Alberto Eustáquio Caldeira de Melo

Subtenente .PM Joubert Kennedy de Araújo

Contador José Geraldo Honorato Vieira

Arquiteto Edson de Souza Vilela

Doutor Francisco Gonçalves Filho

Advogado Guaracy de Castro Nogueira

Advogado Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza

Prefeito Gelson Cordeiro de Oliveira

Prefeito Valmir Silva Costa

Prefeito Roberto Grapiuna

Prefeito Armindo Pereira da Silva

Prefeito Antônio Bernardino Guimarães Murta

Professora Daclé Vilma Carvalho

Professor José Sales de Magalhães Filho

Padre Giovanni Lisa

Empresário Kalil Kassim Elawar

Centro de Apoio e Convivência "Grupo Fim de Tarde"

Advogado Miguel Arcanjo de Souza Grossi

Doutor Francisco Barboza Motta

Empresário Antônio Agostini

Empresária Analdina Pinto da Silva

Consultor Ivan Duque de Paiva Filho

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Delegado Rogério de Mello Franco Assis Araújo

Senhora Marilda Petrus Melles

Associação de Bombeiros Voluntários do Estado de Minas Gerais

Instituto Estadual de Florestas

Liga Mineira do Trauma

Advogado Marcelo Vianna

1º Sargento. PM José Queles Casais dos Santos

Professor Antônio Fonseca da Silva

Prefeito Dinardo Eugênio de Freitas Triani

Empresário Anibal Camillo Togni

TV Poços

Prefeito Carlos Antônio Lourenço

Prefeito Ari Lucas de Paula Santos

Palácio da Inconfidência, 5 de dezembro de 2000.

ATAS

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 195ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 21/11/2000

Presidência dos Deputados Anderson Adatao, Durval Ângelo e Maria José Haueisen

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras da Sra. Presidente - Palavras da Deputada Elaine Matozinhos - Palavras da Sra. Olívia de Fátima Braga Melo - Palavras da Sra. Márcia de Cássia Gomes - Palavras do Secretário Mauro Lopes - Declamação de poesia - Entrega de placas.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adatao) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Mauro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais; José Rezende de Andrade, ex-Secretário da Segurança Pública de Minas Gerais; Noemi Barros Guimarães Bernardes, Chefe da Divisão de Polícia Especializada da Mulher e do Idoso; Capitã Nilma Froes, representante da PMMG; 1º-Tenente Maria Elaine, representando o Coronel Silva Lobo, Comandante do CIAAR; Vereadora Jô Moraes, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Olívia de Fátima Braga Melo, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Crime contra a Mulher; Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, representando o Prefeito Célio de Castro; Jacy de Abreu, Chefe do Departamento de Investigações de Minas Gerais, e Deputada Elaine Matozinhos, autora do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Destina-se a interrupção dos trabalhos ordinários à realização de homenagem à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher por seus 15 anos de existência.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O Sr. Presidente - Nesta homenagem que a Assembléia Legislativa presta à Delegacia da Mulher, pelos 15 anos de existência, queremos registrar a alegria deste Poder e da Mesa Diretora pelos relevantes serviços prestados por esta Delegacia à causa da mulher. Estendendo ainda essa homenagem, a Mesa Diretora decidiu convidar para presidir esta sessão, em nome da Assembléia Legislativa, a Deputada Maria José Haueisen, que hoje ocupa o seu 4º mandato pelo PT e tem-se destacado por sua luta, combatividade e competência.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - Cumprimentando todos os presentes e os telespectadores, vamos dar prosseguimento a esta solenidade, agradecendo a esta Casa a honra de presidi-la.

Palavras da Sra. Presidente

Segundo um velho ditado popular, a mulher é o domingo da vida. Realmente, se levarmos em conta que ela se identifica com a alegria, o colorido e a motivação de um belo dia de domingo, a afirmação não poderia ser mais justa e verdadeira.

Sem incidir no óbvio, diremos que a mulher é a inspiradora do homem. Sem ela, o mundo seria árido e uniforme. Na figura da mãe, e depois da esposa, o homem encontra a âncora e a mola impulsora, o porto seguro para suas canseiras e inquietudes e o estímulo para ir à luta.

Modernamente, a mulher se equiparou ao homem também na vida profissional. Ela colabora para o equilíbrio financeiro da família com seu trabalho e seu talento, sem negligenciar as sagradas obrigações de filha, mãe e companheira. No entanto, é necessário reconhecer que ela continua a ser discriminada das mais variadas formas. E uma dessas formas é a violência física de que é alvo.

A natureza dotou a mulher de inteligência igual ou, freqüentemente, superior à do homem, mas lhe deu compleição física mais delicada. Em função disso, ela sofre na pele a agressão que começa, não raro, no recesso do lar e pelas mãos do companheiro.

Uma das modalidades de agressão mais terríveis de que é vítima a mulher é, sem dúvida, o estupro. A violência sexual a atinge na intimidade da anatomia, no cerne da sensibilidade e no âmago da personalidade. É um crime que deixa marcas mais profundas que qualquer outro.

Felizmente, a sociedade como um todo vem amadurecendo para o problema. As iniciativas de proteção às mulheres se multiplicaram na segunda metade do século XX. Entre nós, uma das mais positivas foi a instituição de delegacias especializadas em delitos contra as mulheres, cuja congênere de Belo Horizonte estamos hoje homenageando pelo 15º aniversário de implantação.

O requerimento que originou esta reunião especial é de autoria da nobre colega Deputada Elaine Matozinhos. Foi ela a primeira Delegada do órgão, instalado exatamente em 19/11/85. Ocupou o cargo por bom período e, desnecessário dizer, ali desenvolveu belíssimo trabalho, o qual a qualificou, inclusive, para ilustrar o Legislativo mineiro. Portanto, a ilustre Deputada e prezada companheira de lides parlamentares sabe, melhor que ninguém, da importância e do extraordinário alcance social da entidade que homenageamos.

A delegacia belo-horizontina, aliás, foi a segunda a se instalar no Brasil. A primeira foi na Capital paulista, poucos meses antes. Vê-se, assim, que nós, mineiros, estamos sempre atentos às iniciativas que valem a pena. E a nossa delegacia provou à sociedade mineira que seu trabalho vale a pena. Mais que isso, é um esforço que frutifica e enobrece os que o desenvolvem.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, congratulamo-nos com a Deputada Elaine Matozinhos, com suas sucessoras à frente do órgão homenageado e com a mulher belo-horizontina e mineira, pelos 15 anos de instalação da nossa primeira Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher. De parabéns, na verdade, estamos todos nós, homens e mulheres, adultos e crianças, que usufruímos de sua existência. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Elaine Matozinhos

Exmos. Srs. Dr. Mauro Ribeiro Lopes, DD. Secretário da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Deputada Maria José Hauelsen, que preside a reunião de hoje; Exmo. Dr. José Resende de Andrade, ex-Secretário da Segurança Pública e ex-Deputado Federal por dois mandatos; Exmo. Sr. Márcio Barroso Domingues, Secretário Adjunto da Segurança Pública; minha querida amiga, Dra. Noemi Barros Guimarães Bernardes, Chefe da Divisão de Polícia Especializada da Mulher e do Idoso; Exma. Sra. Dra. Olívia de Fátima Braga Melo, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, minha substituta e que muito me honra; Ilma. Sra. Cap. Nilma Fróes, representando a PMMG; Ilma. Sra. 1ª-Ten. Maria Elaine, representando o Cel. Silva Lobo, Comandante do CIAAR; Ilma. Sra. Vereadora Jô Moraes, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte, mulher guerreira e nossa grande companheira de luta; Ilma. Sra. Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, representando o Prefeito Célio de Castro; Exmo. Sr. Dr. Jacy de Abreu, Chefe do Departamento de Investigações da Secretaria da Segurança Pública, a quem cumprimento; Delegados presentes, membros do Conselho Superior, nossos colegas dos mais diversos órgãos que aqui se fazem presentes; Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, srs. e sras. policiais, Delegados, Detetives, Escrivães, Carcereiros, Peritos, Médicos Legistas e demais carreiras policiais, amigos e amigas da magnífica Irmandade de Alcoólicos Anônimos do Vela Mon, amigos e companheiros, Defensores Públicos, que aqui se fazem presentes nas pessoas dos Drs. José Roberto e Bruno; nossas Defensoras, Dra. Marielena e Dra. Umbelina, e demais integrantes da Defensoria Pública, nossa grande parceira no trabalho da Delegacia de Mulheres, companheiras dos movimentos organizados de mulheres, do MUSA, Movimento Popular da Mulher, enfim de todos os órgãos não governamentais que aqui se fazem presentes; senhores do Serviço de Apoio das Faculdades de Psicologia da Newton Paiva, da UFMG e da FUMEC; convidados, é com muita emoção que ocupamos hoje esta tribuna para comemorar os 15 anos da Delegacia de Mulheres. Ontem, tivemos uma belíssima missa na sede da Delegacia. Essa missa, desde o início até o final, falava em amor. Nada nos emocionou mais do que quando se falava do amor, do trabalho da Delegacia de Mulheres e do trabalho com a família, com essa emoção que, tenho certeza, é o sentimento que está em todos que trabalhamos na Delegacia de Mulheres. Nós, em algum momento ou em alguma parceria, estivemos trabalhando pela consolidação desse grande equipamento público, que é a Delegacia de Mulheres.

Gostaria de lembrar um pouco da nossa história e de por que foi criada a Delegacia de Mulheres. Foi criada em momento muito triste da vida do País, no momento em que matar mulheres e absolver seus assassinos sob a alegação de legítima defesa da honra tinha virado moda. Naquele momento, as mulheres já não suportavam mais a violência, quando a cada dia se liam nos jornais notícias de uma mulher assassinada. Essas mulheres, especialmente as mineiras e belo-horizontinas, se organizaram e se mobilizaram. Foram para as portas dos fóruns, da Secretaria da Segurança Pública, para a Praça da Liberdade, para as ruas exigindo justiça para os assassinos de mulheres. Diziam: "Basta de violência, queremos a paz".

O "slogan" "Quem ama não mata" marcou esse movimento. Quem não se lembra desse "slogan" que foi pichado pelos muros de Belo Horizonte e foi para todo o interior das Minas Gerais, transcendeu as nossas fronteiras, ocupando espaço em todo o País? Foi uma luta muito grande, com a discussão e a conscientização das mulheres no que se refere à questão da violência.

Tivemos o privilégio de ter o Governador Hélio Garcia, que foi sensível a essa demanda das mulheres e entendeu de imediato que precisávamos criar a Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte. Foi a segunda do País, tendo sido criada em 19/11/85. A primeira foi a de São Paulo, criada em agosto de 1985. Lembro-me, querido Dr. José Rezende, que chegava à Delegacia de Menores, para iniciar os meus trabalhos, quando recebi uma ligação do Dr. Lara Rezende, Chefe do Departamento, para que fosse à Secretaria da Segurança Pública falar com o Secretário, Bías Fortes, naquele dia, porque no dia seguinte já era para funcionar a Delegacia de Mulheres. Foi assim que começamos.

No segundo dia, pudemos constatar de perto a extensão da violência doméstica. Nos corredores do 3º andar do Departamento de Investigações, não cabiam as mulheres que foram à nossa procura. Nossas vítimas desciam pelas escadas que davam acesso à Delegacia de Falsificações e Defraudações e subiam ao 4º andar, que dava acesso à Delegacia de Homicídios. Sempre trabalhei em delegacia especializada e sabia da existência da violência doméstica, mas fiquei surpresa com a extensão do problema. Fomos à Secretaria da Segurança Pública para dizer que o espaço físico não comportava o volume da demanda e que não eram suficientes os recursos humanos de que dispúnhamos, já que abraçamos em torno de 50% das delegacias distritais que, à época, faziam o combate a esse tipo de violência. Logo em seguida, afasta-se da Secretaria da Segurança Pública o Dr. Bías Fortes; o Dr. José Rezende continua como Secretário Adjunto, e, interinamente, tivemos como Secretário o Dr. Evandro de Pádua Abreu, à época Secretário da Fazenda. Levamos, juntamente com o Dr. José Rezende, ao Dr. Evandro as reivindicações. O Dr. Evandro foi extremamente sensível, buscando adequar a Delegacia a um espaço físico que comportasse a demanda. Chegou inclusive a nos levar a uma belíssima casa, na Savassi, mas lhe dissemos que, embora fosse excelente o espaço físico, necessitávamos de uma delegacia mais central. Assume como titular da Pasta o Dr. José Rezende de Andrade, que, juntamente com o Dr. Evandro de Pádua Abreu, com o empenho do Governador Hélio Garcia, não mediram esforços para que a Secretaria da Segurança Pública adquirisse o complexo Souza Cruz. O prédio, onde funcionava a Diretoria, foi imediatamente reformado e adequado para receber a Delegacia de Mulheres. O Dr. José Rezende abriu nosso caminho, iluminou nossa trajetória, dotando-nos dos recursos materiais e humanos necessários ao nosso funcionamento. Ao Dr. José Rezende, ao Dr. Evandro de Pádua Abreu, ao Governador Hélio Garcia, como Deputada, representante do povo mineiro, como Delegada-Geral de Polícia e como representante das mulheres vítimas de violência, agradeço, do fundo do coração, todo o empenho, que culminou na consolidação do nosso trabalho.

Nossas Delegacias de Mulheres combatem três tipos de violência: a violência doméstica, a violência sexual e a violência no mercado de trabalho. Mais de 500 Delegacias de Mulheres, de norte a sul do País, trabalham na tentativa de minimizar o sofrimento das vítimas da violência.

No ano de 1985, conseguimos consolidar uma grande equipe de policiais e de Delegadas Adjuntas, chegando a ter oito delas nas Delegacias de Mulheres, todas devotadas, abnegadas, competentes.

Entre elas, quero citar as Dras. Noemi Barros Guimarães Bernardes, Olívia Braga Melo, Neide Januário, que já se aposentou, Consuelo Safi, hoje falecida, que, no outro mundo, certamente está torcendo por nós, e tantas outras. Neste momento, gostaria de homenageá-las nas pessoas das Delegadas que estão junto com as Dras. Olívia e Noemi, no combate a todos os tipos de violência: Dras. Cláudia Maria de Pádua Camargos, Maria Amélia da Silva, Joana Margarete Leite Penha, Sandra Maria Alvim, Elizabeth Freitas Assis Rocha, responsável pelo combate aos crimes sexuais e Chefe do Grupo Anti-Estupro - GAE. As Dras. Olívia e Noemi entenderam que esse seria o nome mais adequado, mas, no meu tempo, era Grupo Anti-Tarados - GAT. Esse grupo apurou todos os estupros de que tivemos notícia na Delegacia de Mulheres, colocando todos os estupradores na cadeia. É muito importante dizermos o que representa o combate à violência sexual, com a apuração dos crimes de estupro, sedução, corrupção de menores e atentado violento ao pudor.

Quero homenagear, também, os nossos Escrivães e chefes de cartório, que foram tantos, como o Januário, o Batista e a Darcísia. Hoje temos o Efigênio, que começou sua vida policial conosco, ainda na Delegacia de Costumes, extinta para ceder lugar à Delegacia de Mulheres. Toda a equipe, composta de Escrivães, Detetives e Delegadas, forma um grande corpo de policiais, que trabalhou firme, séria e competentemente, mandando, às vezes, mais de 600 inquéritos para a polícia. Fizemos da Delegacia uma entidade respeitada, que,

além de diminuir a violência, age psicologicamente na sua contenção, pois não se bate mais, já que se sabe que ela existe.

No início de nossos trabalhos, vimos também que apenas o trabalho policial não atendia à família envolvida na violência. É importante jogarmos nos ombros do cidadão a responsabilidade do crime que cometeu. Já disseram aos agressores e a boa parte de nossa sociedade que em briga de marido e mulher não se mete a colher, pois ele não sabe porque está batendo, mas ela sabe porque está apanhando. Sendo assim, coube-nos fazer um grande trabalho de orientação, para mostrar aos agressores que sua conduta era criminosa e limitada pela lei. Sem sombra de dúvidas, esse trabalho mudou a cultura da nossa sociedade. Digo isso com alegria. Na missa que ontem tivemos, na Delegacia de Mulheres, vários advogados do Fórum disseram que a história das mulheres belo-horizontinas tem duas páginas: uma antes e outra depois da Delegacia de Mulheres.

Quero, entretanto, ressaltar que nosso trabalho é muito pouco para atender às famílias envolvidas na violência doméstica e à vítima envolvida com a violência sexual. Nesse ponto, buscamos, com a sociedade, grandes parcerias. Em um primeiro momento, tivemos psicólogas, funcionárias da Segurança Pública - Dras. Eliane Viteli, Cecília, Ivete Pio - e uma assistente social, a Dra. Cecília. Abrimos, também, convênios com a sociedade

O primeiro convênio a ser assinado foi com a FUMEC, sob a coordenação do Prof. Emerson Tardiê, que é um estudioso da questão da mulher. Ele elaborou documentos científicos, por meio da revista "Plural", e cartilhas intituladas "A Gente Não Tem Saudades da Amélia", que foram distribuídas de Norte a Sul e de Leste a Oeste de Belo Horizonte. As crianças faziam teatro nas escolas baseado nessa cartilha. Ao Prof. Emerson Tardiê prestamos os nossos eternos agradecimentos por todos os seus trabalhos e pesquisas realizados.

Logo em seguida, firmamos um convênio muito importante com a Faculdade de Psicologia da Newton de Paiva, que está sob a coordenação da Profa. Sônia. Por meio dele, ampliamos o serviço de psicologia e percebemos que a Profa. Sônia Couto e suas estagiárias faziam um excelente trabalho com as nossas vítimas de estupro e violência doméstica.

Quando já havia deixado as minhas funções na Delegacia, as Dras. Noemi e Olívia ampliaram o convênio com a Faculdade de Psicologia da UFMG, que tem como coordenadora a nossa querida Sandra Azeredo.

A Delegacia de Mulheres conta também com o seu corpo de psicólogas, cuja coordenadora é a nossa querida Dra. Fátima, que está desenvolvendo um brilhante trabalho. Levamos, no dia da inauguração da nossa sede própria, um posto da Defensoria Pública para a nossa Delegacia. Isso foi de fundamental importância para nós e para as nossas vítimas. A Dra. Lísia atuava em um primeiro momento. Depois, ao assumir novas funções como Diretora na Defensoria, foi substituída pelas nossas queridas Dras. Umbelina e Maria Helena, que estão presentes. Estão há mais de 13 anos em nosso posto da Defensoria Pública, prestando atendimento jurídico, propondo ações competentes e acompanhando-as até a decisão final do Poder Judiciário. O nosso trabalho era muito difícil até podermos contar com esse posto. Tínhamos de encaminhar as nossas vítimas, e, devido à grande demanda da Defensoria, o atendimento era demorado, não se atendiam as famílias de acordo com a necessidade imediata. De coração, registramos o nosso agradecimento à Defensoria Pública, nas pessoas das Dras. Umbelina e Maria Helena. Registramos, de forma muito especial, o nosso carinho pelo Dr. Gilberto, que iniciou a sua carreira na Defensoria como estagiário e teve amor muito grande pela nossa Delegacia. Há mais de dez anos continua trabalhando lá, como voluntário. Agradeço a você e à Dra. Ivete, que, apesar de ter se aposentado na nossa Delegacia como psicóloga, continua prestando o seu trabalho voluntário.

Deixo mensagem de agradecimento muito especial às irmandades do AA e do ALANON. Queridos amigos, quando assumimos a nossa função na Delegacia, procuramos fazer uma estatística, levantando o perfil da vítima e do agressor, para saber qual é o homem que agride e qual é a mulher que apanha. Constatamos que a violência contra a mulher permeia todas as classes sociais e todas as faixas etárias. Constatamos também que, além da causa maior, que é o fator cultural, havia outro componente que se agravava a cada momento nas ocorrências que chegavam à Delegacia: a questão do alcoolismo. Deus abençoou-nos quando, há mais de 13 anos, levamos para a Delegacia de Mulheres as irmandades do AA e do ALANON.

Durante as nossas reuniões semanais, às vezes, as cadeiras não comportavam o número de agressores que ali estavam para ouvir a mensagem do AA. Sabemos que o alcoolismo é uma doença incurável, progressiva e fatal. O portador da doença do alcoolismo tem de ser visto como doente. A única forma de estabilizar essa doença é dentro de uma sala de AA. Por isso, do fundo do coração, agradeço a todos os meus amigos do AA, que todas as semanas estão lá, realizando esse trabalho. Agradeço aos Srs. Wilson e Oswaldo, nossos companheiros de mais de 13 anos.

Quando comemorávamos os sete anos de trabalho conjunto entre o AA e a Delegacia de Mulheres, os números revelavam que mais de 7 mil agressores foram para dentro de uma sala de AA por meio daquela Delegacia. Agradeço ao Ademir e a tantos outros companheiros e companheiras - presentes - que fazem, semanalmente, esse trabalho conosco.

Agradeço, de forma muito especial, às nossas companheiras do ALANON, cujo trabalho é parecido com o do AA, mas junto à família do doente alcoólico. Iniciamos o ALANON com a nossa querida Lola, com a Nautilia e com tantas companheiras. Hoje a nossa amiga Elizabeth continua fazendo esse trabalho com as vítimas, a fim de dar a essas mulheres a tranquilidade necessária para conviver com seu doente alcoólico.

Faço uma homenagem especial à Dra. Noemi, guerreira, nossa companheira de lutas desde a criação da Delegacia de Mulheres. Essa mulher - firme e intransigente no cumprimento da lei - tinha atitudes que nos comoviam. Lembro-me do dia em que lá chegou uma vítima muito traumatizada e machucada, carregando nos braços uma criança recém-nascida e sem leite para amamentá-la. A Dra. Noemi, que havia dado à luz o seu filho, amamentou essa criança.

A belíssima exposição fotográfica que você fez em 1995 mostrou para a sociedade quem era a mulher vítima de violência. Mulheres de todas as classes sociais - médicas, dentistas e de periferias - dispuseram-se a mostrar o rosto, dizendo: sou vítima de violência, não tenho vergonha de denunciar e me disponho a fazer parte dessa exposição fotográfica. A Dra. Noemi realizou aquele trabalho juntamente com o Detetive Paulo Augusto Azevedo, que está presente. Essas fotos já ultrapassaram as fronteiras do Brasil. Como Chefe da Divisão de Polícia Especializada da Mulher e do Idoso, essas duas Delegacias, Dra. Noemi, que estão sob a sua chefia, fazem a vitrine da Polícia Civil.

Cumprimento o Dr. Enilson e a Inspetora Edna, que estão à frente da Delegacia do Idoso, criada por solicitação nossa, quando Vereadora por Belo Horizonte. Hoje reflete o trabalho maravilhoso que a Polícia Civil tem feito pelas famílias. A Dra. Noemi tem uma médica para atender às vítimas. Estamos falando da violência que se pratica também contra a saúde da mulher. Estamos apenas aguardando a ampliação do espaço físico, para que esse tipo de atendimento seja feito. Outra bandeira da Dra. Noemi é o atendimento às prisioneiras do Departamento de Investigações, que tem ajudado muito essas mulheres. Parabênizo a Dra. Noemi e a agradeço. Que Deus a abençoe na sua caminhada.

Vou dirigir-me à Dra. Olívia, nossa querida Dra. Olívia, que começou praticamente conosco. Essa mulher guerreira, competente, que chefiava o nosso GAT, era responsável pela apuração dos crimes sexuais quando estávamos à frente da Delegacia de Mulheres. Dra. Olívia, com sabedoria, com competência, com determinação apurou todos os estupros. E muito mais que isso, em qualquer momento, quando o serviço estava acumulado, chamávamos a Dra. Olívia, e ela não se importava de estar conosco, às vezes, noite adentro, ajudando, trabalhando, atendendo, fazendo o que cabe a um policial abnegado, a um policial que, às vezes, abre mão da família, do lazer, pela nobre função de ser Delegado de Polícia, de ser policial. A você, Dra. Olívia, o nosso agradecimento. Sem sombra de dúvida, tenho muita satisfação e orgulho de ver que hoje você me substituiu na Delegacia de Mulheres.

Agradeço também aos órgãos de Governo, ao Conselho Estadual da Mulher, na pessoa da Presidente Lourdes Paz, que a todo momento esteve conosco; ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que está hoje sob a Presidência da Vereadora Neusinha Santos, e a cada momento que precisamos esteve conosco, num trabalho conjunto importante; à Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, que hoje tem como coordenadora a nossa querida Marcinha, inclusive com um projeto de lei de nossa autoria, da Vereadora Jô Moraes e das demais Vereadoras da Câmara Municipal, de 1997, que é uma grande realidade e está aí, sempre num trabalho conjunto com a nossa Delegacia.

Agradeço ao Movimento Popular da Mulher, à Vereadora Jô Moraes, à Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, ao MUSA, às associações femininas, enfim, a todas as organizações não governamentais e a todas as outras entidades que estiveram conosco. Quero, ainda, de forma muito especial, agradecer a todas essas entidades na pessoa de minha querida amiga Márcia Inácia, que é hoje uma grande lutadora pela questão da mulher. Agradeço, Márcia, as flores que me trouxe. Muito obrigada.

Finalizando, agradeço ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. Mauro Ribeiro Lopes; ao Dr. Márcio Barroso Domingos, nosso Secretário Adjunto; a todo o Conselho Superior de Polícia e ao Dr. Jaci de Abreu, Chefe do Departamento de Investigações, por todo o apoio que têm dado à Delegacia de Mulheres. Agradecemos muito, porque sabemos da importância dessa unidade policial. Inúmeras vezes discutimos com o Secretário da Segurança Pública a importância da ampliação desse trabalho, e ele sempre atendeu às reivindicações da Delegacia de Mulheres, sempre deu à Delegacia o apoio e os recursos humanos necessários para desenvolvermos o nosso trabalho.

Sr. Secretário, em nome das mulheres de Minas Gerais, quero dizer-lhe da nossa alegria e registrar o nosso voto de louvor, quando neste ano, no mês de março, em que comemoramos o mês da mulher, V. Exa. inaugurou duas Delegacias de Mulheres: em Araguari e Vespasiano. A V. Exa., o nosso eterno agradecimento e a certeza de que estamos juntos, como uma grande família, trabalhando pelas famílias envolvidas na problemática da violência. Sabemos que mudamos a cultura, orientamos, conscientizamos, estamos nas escolas, nos mais diversos segmentos religiosos, nas faculdades, enfim, estamos discutindo a violência. Radiografamos, desnudamos essa violência. Mostramos que precisava e precisa ser combatida. Belo Horizonte tem cumprido o seu papel. Temos, nesses 15 anos, a sensação do dever cumprido, embora tenhamos consciência de que muito ainda precisa ser feito. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Olívia de Fátima Braga Melo

Exma. Deputada Maria José Hauelsen; Exmo. Dr. Mauro Lopes; Exmo. Sr. Márcio Barroso Domingues; Exma. e nobre Deputada Elaine Matozinhos; Exmo. Sr. José Rezende de Andrade; Ilmo. Sr. Jacy de Abreu; demais membros da Mesa; Ilma. Dra. Noemi Barros Guimarães Bernardes; autoridades presentes, colegas da Polícia Civil e demais convidados, é impossível descrever com meras palavras o que sinto neste momento. A satisfação de estar na titularidade da Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher, neste momento em que completa 15 anos, é transbordante.

Estive trabalhando na Delegacia de 1992 a 1996, quando a Dra. Elaine Matozinhos era a titular. Ela permaneceu no cargo por longo tempo até ingressar-se na carreira política. Em fevereiro de 1999, a convite da Dra. Noemi, Chefe da Divisão de Polícia Especializada da Mulher e do Idoso, assumi a titularidade com muito orgulho e honra, pois aprendi a amar a delegacia pelo trabalho policial e social desenvolvido ali.

Venho tentando, com o máximo zelo possível, adotar os ensinamentos deixados pela Dra. Elaine, sendo um deles o de comandar somente após me colocar no lugar do comandado, procurando, assim, não cometer injustiças, sempre disposta a ouvir os funcionários, trocando com eles idéias, tomando decisões em conjunto.

Esse amor pela Delegacia ao qual me refiro não é experiência só minha, como já citou a Dra. Elaine. Tenho a certeza de que muitos servidores que ali estão, no árduo dia-a-dia, também se movem por esse sentimento, cuja gratificação é a visível transformação das mulheres que ali entram, transformadas, desesperadas e sem nenhuma expectativa, e saem com a alma renovada, cheia de esperanças, que são traduzidas em um semblante harmonioso.

Posso me considerar uma policial de sorte, por ter como companheiras de trabalho pessoas tão dedicadas e que têm um objetivo comum: o de dar o melhor de si aos que as procuram. Digo isso porque reconheço as dificuldades e o esforço de cada um que compõe esse maravilhoso time. Time é a forma carinhosa de referir-me aos servidores da delegacia, que é grande em número, competência e amor ao próximo.

Esse time é composto por policiais de todas as carreiras, de todas as classes, por defensores públicos, psicólogos e estagiários, membros do AA e do ALANON. Não posso deixar de citar os voluntários: Dra. Ivete e Dr. Gilberto, psicóloga e advogado, respectivamente, preciosas vidas que se dedicam por puro amor.

Certa vez li em um jornal a seguinte frase: "A Delegacia de Mulheres mudou a história de Belo Horizonte". E de fato mudou.

Muitas foram as mudanças ocorridas nestes últimos 15 anos. Transformações houve, com a criação dessa delegacia. Perguntam sempre se a violência contra a mulher aumentou, e digo sempre que não; o que aumentou foram as denúncias, uma vez que a mulher tem conhecimento da existência de uma delegacia especializada, de um local apropriado para atendê-la, promovendo, primordialmente, o trabalho de polícia judiciária e também oferecendo orientações jurídicas, atendimento psicológico e encontros com o AA e o ALANON. E esses serviços que têm sido desenvolvidos revertem em apoio necessário à reabilitação das vítimas e de suas famílias, completando o trabalho de polícia judiciária.

Não há como colhermos resultados positivos, ao tratarmos da violência de gênero, se não pudermos oferecer um suporte a um ser humano e a sua família que passaram por uma violência física ou psicológica, a fim de que esse indivíduo, juntamente com seus familiares, possa ser ajudado a se reestruturar e a reencontrar sua auto-estima. Essa foi uma lição ensinada pela Dra. Elaine, que pudemos verificar ao longo destes 15 anos de sucesso, a qual serviu de modelo às demais delegacias especializadas em crimes contra a mulher no Brasil, que também adotaram o serviço de apoio. A delegacia é hoje, sem dúvida, uma real conquista da sociedade e motivo de grande orgulho para a Polícia Civil, tenho a certeza disso.

Falando em nome de todos os que labutam na Delegacia de Mulheres, agradeço a homenagem oferecida por esta egrégia Casa e pela Dra. Elaine, mentora deste evento, o que só vem demonstrar o reconhecimento pelo nosso trabalho. Só peço a Deus que venha, a cada dia, nos ofertar maior paciência e sabedoria e melhores condições de dar continuidade ao nosso trabalho, sempre em busca do aprimoramento. Obrigada.

Palavras da Sra. Márcia de Cássia Gomes

Boa tarde. Gostaria, na pessoa da Presidente dos trabalhos, minha companheira de partido, Maria José Hauelsen, e da Deputada Estadual Dra. Elaine Matozinhos, minha grande companheira de luta, de cumprimentar o restante da Mesa e as pessoas que estão aqui presentes. É muito importante pensarmos o que significam 15 anos de uma delegacia especializada em crimes contra a mulher, a segunda no País.

Gostaria de justificar a ausência do Prefeito Célio de Castro, que, por compromissos assumidos anteriormente, passou-me a responsabilidade honrosa, que assim significa para mim, de estar presente nesta reunião especial em homenagem à delegacia.

Pensar o que representam estes 15 anos é também falar um pouco sobre a minha história e a de várias pessoas que estão aqui presentes, que, juntas, enquanto militantes ativistas dos movimentos de mulheres e feministas, lutamos para que isso ocorresse. Desde as décadas de 70 e 80, vimos várias mulheres terem suas vidas ceifadas em nome da legítima defesa da honra. E, nas pautas de reivindicações que entregávamos ao Secretário da Segurança Pública, uma das primeiras reivindicações era a criação da Delegacia Especializada para Mulheres, ou seja, a Delegacia de Mulheres, que, em 1985, vimos surgir. E não apenas a vimos nascer, como também crescer.

Hoje, temos uma responsabilidade muito grande, como bem disse a Deputada Elaine Matozinhos: temos em Belo Horizonte um compromisso com o trabalho das mulheres.

A década de 80 foi importante. Lutamos para que as nossas reivindicações fossem atendidas e hoje estamos colhendo os nossos frutos.

Em 1995 a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher surgiu após um trabalho brilhante que o Movimento Organizado de Mulheres e algumas ONGs fizeram juntamente com o Executivo Municipal, criando a Comissão Paritária de Mulheres, que teve o papel de desvelar a situação de violência que a mulher belo-horizontina vivia.

Através do Conselho Municipal, várias parcerias foram feitas para a criação e a implementação de outras políticas.

O Bem-Vindas, Centro de Apoio à Mulher, que atende e presta serviços de orientação jurídica, psicológica e emocional está completando quatro anos e é fruto de um trabalho de anos, o qual, sabemos, as instituições públicas têm de cumprir.

Outro serviço público de grande importância, do qual tenho a honra de falar por ter sido a primeira coordenadora, é a Casa Abrigo Sempre Viva. Uma casa tão sonhada, para atender e acolher mulheres vítimas de violência. E muitos sabem, principalmente profissionais de delegacias, como é caro manter o sigilo dessa casa e quanto nos é importante que esse abrigo seja um espelho para que outros municípios de Minas Gerais tenham essa proposta como uma reivindicação não só de acolher, mas de prestar um bom serviço, com qualidade, no trabalho com mulheres e crianças ali acolhidas temporariamente.

É importante que pensemos que a situação de violência doméstica não é uma situação do acaso. Não é um surto. Nós, que trabalhamos e defendemos as mulheres em vários segmentos da sociedade, sabemos que por décadas Belo Horizonte assiste a inúmeros assassinatos de mulheres. Estamos vivendo mais um momento, e teremos de juntar nossas forças para que esses assassinos e agressores de mulheres, que ainda se encontram às escuras, apareçam. Não vamos aceitar que nenhuma mulher sofra qualquer violência e que tenhamos nossas vidas ceifadas.

Por último gostaria de falar de um trabalho que estamos desenvolvendo como um serviço público, o qual comemora um ano neste novembro, a Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, tão sonhada e desejada por nós do Movimento de Mulheres. Foi criada com o objetivo de executar e coordenar as políticas públicas.

Por isso, vim a este microfone não só para parabenizar todos os profissionais que estão nas Delegacias de Mulheres, mas todas as instituições que tentam bravamente trabalhar para erradicar, de vez, a violência contra a mulher.

Trabalhar pelo direito das mulheres e pelos direitos humanos é o nosso maior desafio. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Mauro Lopes

Exma. Sra. Deputada Maria José Hauelsen, representando neste ato o Presidente desta Casa; Exmo. Dr. José Rezende, Deputado, meu colega, honrado Delegado-Geral de Polícia, sentimo-nos orgulhosos em tê-lo como ex-Secretário da Segurança Pública, pois seu valor já foi reconhecido em outras fronteiras, quando desenvolveu a Secretaria da Segurança Pública do nosso vizinho Estado do Espírito Santo; Ilma. Dra. Noemi Barros Guimarães Bernardes, Chefe da Divisão de Polícia Especializada da Mulher e do Idoso; Exmo. Dr. Márcio Barroso Domingues, nosso Secretário Adjunto da Segurança Pública; Capitã Nilma Froes, representando aqui o Comandante da PMMG; 1º-Ten. Maria Elaine, representando o Cel. Silva Lobo, Comandante do CIAAR; Sra. Vereadora Jô Moraes, representando aqui a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Ilma. Dra. Olívia de Fátima Braga de Melo, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Crime contra a Mulher; Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, representando o Prefeito de Belo Horizonte; Ilmo. Dr. Jacy de Abreu, Chefe do Departamento de Investigações de Minas Gerais, finalmente, queremos fazer uma saudação especial a esta grande Deputada, companheira, Elaine Matozinhos, autora da preposição que deu origem a esta solenidade. Todos nos orgulhamos dela. Tenho a certeza de que todas as demais policiais femininas, Delegadas e demais policiais, espelham-se em seu exemplo; Ilmª Vereadora do Centro de Atendimento à Mulher; senhoras policiais militares e da Polícia Civil que se encontram no Plenário; Srs. Delegados do Conselho Superior de Polícia da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais; senhores policiais, Delegados, Detetives, Escrivães, Peritos, Carcereiros, demais servidores da Secretaria da Segurança Pública; quero especialmente saudar esse Deputado amigo, médico, companheiro, que está aqui no Plenário honrando-nos com sua presença. Estou me referindo ao Deputado Doutor Viana, meu amigo, Deputado que representa a nossa região de Curvelo e muito bem representa Minas Gerais aqui nesta Casa; senhores convidados; senhores da imprensa que estão dando apoio a esta solenidade tão importante, falar sobre a Secretaria Especializada de Crimes contra a Mulher é falar sobre uma das mais evidentes, significativas e poderosas formas do exercício da cidadania, é falar sobre uma das mais eloqüentes e indiscutíveis manifestações da ascensão da mulher, ascensão essa que teve como cenário, depois de lutas, movimentos e eventos de todo tipo, no Brasil e no mundo, o século cujos últimos dias estamos vivendo. São 15 anos em que essa unidade operacional, integrante da estrutura orgânica do Departamento de Investigações da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública de Minas Gerais, acompanhando a evolução da problemática feminina, como disse, no Brasil e no mundo, mostrou o seu valor, a sua força e seu destino vitorioso de instrumento habilitíssimo à disposição daquelas que, antes, muitas vezes por falta de uma delegacia que especificamente pudesse ampará-las e lhes dar cobertura em termos de polícia judiciária, eram e continuavam sendo vítimas de agressões de toda ordem, agressões cujos autores, quase sempre, contrariamente ao que ocorre hoje, ficavam impunes.

A Delegacia de Mulheres, como, mais resumidamente, costuma ser chamada no dia-a-dia, seja pelos policiais que nela militam, seja no seio da própria comunidade a que serve, é motivo de orgulho para a nossa Polícia Civil. Sim, de orgulho, porque, em verdade, trata-se de Delegacia que tem sido objeto, aliás, tantas e tantas vezes, de modelo para outras unidades da Federação brasileira.

Quero ressaltar, como disse a Dra. Elaine, que criamos mais duas Delegacias Especializadas em Crimes Contra a Mulher, e já estamos trabalhando para que possamos, em cada regional da Secretaria da Segurança Pública, ter uma Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher no Estado.

Por outro lado, falar na Delegacia de Mulheres sem falar numa pessoa que se encontra presente - e aqui se encontra porque, como legítima representante do povo mineiro, pertence ao qualificadíssimo corpo de legisladores que compõem essa Casa -, seria, no mínimo, faltar - e como faltar! - com a justiça, com o mérito, com o valor de uma pessoa lutadora, trabalhadora e vitoriosa, responsável direta, sem dúvida, pela dimensão positiva alcançada pela unidade a qual hoje homenageamos pelo 15º aniversário.

Refiro-me, obviamente, à Dra. Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves, Deputada Elaine Matozinhos, que, depois de ter demonstrado a excelência de seu trabalho como profissional de Polícia, tendo conseguido, por merecimento, galgar ao mais alto cargo da hierarquia da Polícia Civil mineira, que é o cargo de Delegado-Geral de Polícia, agora milita, com o costumeiro brilhantismo, nesta Assembléia Legislativa, onde vem desenvolvendo notabilíssimo trabalho, de que Minas Gerais toda tem tomado conhecimento.

Que a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Mulher, que, nestes 15 anos, firmou-se junto à população, pelo trabalho que desenvolve, por todos reconhecido, continue a ocupar a posição de destaque que ocupa, merecidíssima posição!

Para o titular da Pasta da Segurança Pública é motivo de singular satisfação estar participando desta solenidade comemorativa.

A todos os policiais civis e aos demais funcionários que prestam serviços na Delegacia de Mulheres, meus parabéns e meus cumprimentos pelo trabalho de altíssima qualidade que têm realizado.

À Delegacia de Mulheres, muitos anos de vida!

Finalmente, na condição de Secretário da Segurança Pública, farei tudo o que puder, na minha gestão, para valorizar a mulher, principalmente a mulher policial. Pela primeira vez na história da Polícia Civil, no mais alto cargo de Conselho da Polícia, temos lá essa valorosa mulher, Ivete Braúna, que é do Conselho Superior de Polícia. Isso é apenas o começo, porque queremos que em todos os escalões da Polícia Civil tenha sempre, como titular, uma mulher, para que possa, junto aos homens competentes e experientes, fazer o melhor para o povo de Minas Gerais.

Declamação de Poesia

A Sra. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir uma poesia que será declamada por Sueli Constâncio.

A Sra. Sueli Constâncio - Fico grata a Deus por saber que Ele tem permanecido fiel a todas nós. Prova é que Ele tem levantado mulheres como a Deputada Elaine Matozinhos, a Dra. Noemi e tantas outras para lutar pela causa da mulher. Deus tem permanecido fiel a nós. É exatamente esta mensagem que trago através desta poesia de Mirtes Matias: "Ele me ama. E isso me basta.

Justamente quando as preocupações aumentam e as interrogações se focam, tantas e tão insistentes, será que, será que, será que, num crescendo que culmina em lágrimas de desespero a mão tão poderosa quanto terna pousa-me sobre a cabeça!

Por que essa preocupação com filhos, pais, família, trabalho, amanhã e futuro? Coloca no coração uma verdade eterna. Eu amo os teus filhos e a tua família mais do que tu mesma és capaz de fazer ou imaginar. Tudo, todos são propriedades minha. Ou leva-te o orgulho, ao ponto de te julgares dona, autora autônoma de alguma coisa?

Mesmo teu trabalho, se a obra é minha, se o Reino me pertence, que importa a ti a aprovação dos homens ou a apreciação do mundo? Há um tempo determinado para a entrega da tarefa. Ótimo, sou o Senhor do tempo, que representa dias, meses, horas em face de minha eternidade. Tenho eu falhado alguma vez? Não te chegou sempre a resposta, a solução no último instante? E nunca te passou pela mente ser esta uma forma de instrução, uma parte do plano para que chegues aonde eu desejo?

Finalmente, grava na mente e no coração a verdade que nem mesmo a minha onipotência pode mudar. Eu te amo mais do que teus filhos, teu marido, teu pai, tua mãe, teus irmãos, teus amigos, mais do que tudo e todos. Eu te amo.

Quando afirmei que não fostes vós que me escolhestes, pelo contrário, eu vos escolhi, tu estavas lá incluída na escolha. A iniciativa foi minha. Eu te amei primeiro. Por isso, mesmo quando erras, quando falhas, quando foges de mim, eu te amo e velo por ti.

Grava isto sempre e lembra-te disto sempre a todo o instante, principalmente quando a solidão for maior.

Quando o desânimo, a fadiga te ameaçarem, até mesmo quando eu te parecer distante e ausente, lembra-te, teu nome está em minha mão. E, apesar dos pesares, não posso voltar atrás a uma decisão tomada, uma promessa feita. Eu te escolhi. Sou teu Deus, teu amigo, teu irmão. Eu te amo".

Entrega de Placas

A Sra. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar à Dra. Olívia de Fátima Braga Melo, Delegada responsável pela Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher - iniciativa que se consolida vitoriosamente após 15 anos de atividades -, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta o reconhecimento da sociedade mineira pelos relevantes serviços prestados. Belo Horizonte, 21 de novembro de 2000. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais". Convidamos a Deputada Elaine Matozinhos para estar aqui, conosco, na entrega desta placa.

- Procede-se à entrega da placa.

A Sra. Presidente - A Presidência convida a Deputada Elaine Matozinhos a prestar sua homenagem, entregando placas alusivas a esta homenagem ao Dr. José Rezende de Andrade, ex-Secretário de Estado da Segurança Pública, que receberá a homenagem em seu nome e em nome dos Drs. Hélio Garcia, ex-Governador do Estado, e Evandro de Pádua Abreu, ex-Secretário de Estado da Fazenda, e ao Dr. Mauro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública.

- Procede-se à entrega das placas.

A Sra. Presidente - Esta Presidência agradece a honrosa presença das autoridades e dos demais convidados.

ATA DA 57ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos, Geraldo Rezende, Bené Guedes e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Geraldo Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado João Paulo informa que se encontra em poder da Presidência, e à disposição dos Deputados o Sr. Itamar dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Ubá, solicitando sejam tomadas providências com vistas a se cobrar da COPASA-MG o fornecimento de comprovante da quantidade de água consumida pelos cidadãos. A Presidência determina à assessoria da Comissão que tome as medidas cabíveis para atendimento a tal pedido. Após, o Presidente comunica que em 23/11/2000 foi a Deputada Elaine Matozinhos designada relatora, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 838/2000. Ato contínuo, o Presidente esclarece que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e realizar audiência pública para discutir a prestação do serviço conhecido por "telessexo", no Estado de Minas Gerais. Passa-se à discussão e à votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende emite parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.191/2000, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Na seqüência dos trabalhos, o Presidente convida a tomar assento à mesa os Srs. Vicente de Paula Lima, advogado, e Maria das Graças de Almeida, gerente comercial, representantes da Diretoria de Mercado Clientes Consumidores da TELEMAR-MG; Lúcia Regina Campista Peçanha, Advogada da Divisão de Contencioso Cível e Consumidor, e Glória Fontes, Técnica em Telefonia Internacional, representantes da Gerência de Normas Contábeis e Tributárias da EMBRATEL -, e Rosana Aparecida de Oliveira Silva, representando a Gerência Regional do Escritório Regional em Minas Gerais da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Após, o Presidente passa a palavra à Deputada Elaine Matozinhos, que explica o objetivo da reunião. Em seguida, os convidados fazem as suas exposições e respondem às perguntas formuladas pelos Deputados João Paulo, Geraldo Rezende e Elaine Matozinhos, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado João Paulo passa a Presidência ao Deputado Geraldo Rezende para que este dê prosseguimento dos trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2000.

Geraldo Rezende, Presidente - Elaine Matozinhos - Bené Guedes.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 202ª reunião ordinária, a realizar-se em 6/12/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.159/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que dispõe sobre a exploração e a fiscalização de loterias de bingo pela Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.264/2000, do Deputado Ambrósio Pinto, que dispõe sobre a obrigatoriedade nos hospitais da rede pública estadual de pontos de solução de gel e placas orientativas para a prevenção de infecções hospitalares. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre investidura em cargos e empregos públicos. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política do turismo no Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos ao art. 161 e ao art. 199 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão Especial que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das delegacias de polícia a informar as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Direitos Humanos, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 774/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que estabelece critérios para o controle da ordem cronológica dos pagamentos dos contratos administrativos. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e a Emenda nº 3, que apresentou, e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação da Emenda nº 4 e pela rejeição da Emenda nº 5.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2000, do Deputado Antônio Júlio, que adapta a Constituição do Estado de Minas Gerais ao texto da Constituição da República, em decorrência das modificações introduzidas pela Emenda à Constituição nº 19, de 4/6/98, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 754/99, do Deputado Luiz Tadeu Leite, que aprova acordo celebrado entre os Municípios de Juvenília e Montalvânia para modificação de limite territorial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.093/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre a divulgação anual dos nomes das pessoas que se destacaram no descumprimento do Código de Defesa do Consumidor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 545/99, da Comissão de Direitos Humanos, que determina o pagamento de indenizações à vítima de crime de tortura praticada por agente do Estado. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.006/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a divulgação da relação de obras contratadas pelos órgãos das administrações públicas direta e indireta do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 63ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 6/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

sRequerimento nºs 1.774, 1.775, 1.776, 1.777, 1.778, 1.779/00, 1.780 e 1.781/2000, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 50ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 6/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.254/2000, do Deputado João Paulo; 1.160/2000, do Deputado Edson Rezende; 1.170/2000, do Deputado Pastor George.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.099/2000, da Deputada Maria José Hauelsen; 1.194/2000, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Requerimentos nºs 1.732/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.744/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.751/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.758 e 1.759/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.761/2000, do Deputado Eduardo Brandão; 1.763 e 1.764/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.772/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 1.784/2000, do Deputado Sebastião Costa.

Finalidade: debater os acontecimentos que levaram à exoneração do Sr. José Eustáquio Alves do cargo de Diretor-Executivo da Fundação Educacional de Patos de Minas.

Convidados: Pe. Lázaro de Assis Pinto, Presidente do Conselho Estadual de Educação; Srs. Dirceu Deocleciano Pacheco e João Batista Nogueira, respectivamente, Presidente e Secretário da FEPAM; Marcos Mendes Caetano Porto, Presidente do Diretório Central dos Estudantes; Ênio Milagres de Barros, Presidente do DA da Faculdade de Direito; Raquel Barbosa Machado, Presidente do DA da Faculdade de Ciências Administrativas; Ana Maria da Silva, Presidente do DA da Faculdade de Farmácia; e Aimar Lúcia Correia de Queiroz, representante da Associação de Ex-Alunos da FEPAM.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial das Taxas, a realizar-se às 16h30min do dia 6/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 59ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 6/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.766 e 1.767/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: discutir o Projeto Novo DETRAN-RS.

Convidado: Cap. João Batista Hoffmeister.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial do BNDES, a realizar-se às 10 horas do dia 7/12/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos sobre o plano de investimento para aplicação de recursos do Fundo para Desenvolvimento Regional com recursos provenientes da desestatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Convidado: Sr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, Presidente do BDMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os depoimentos dos Srs. Edilberto José Silva e José Carlos Belilo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 6/12/2000, destinadas ambas à discussão e à votação de pareceres, à votação de requerimentos, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política do turismo no Estado; 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais; 24/99, do Deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos ao art. 16 e ao art. 199 da Constituição do Estado de Minas Gerais; 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado; 27/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre investidura em cargos e empregos públicos; e 39/2000, do Deputado Antônio Júlio, que adapta a Constituição do Estado de Minas Gerais ao texto da Constituição da República, em decorrência das modificações introduzidas pela Emenda à Constituição nº 19, de 4/6/98, e dá outras providências; do Projeto de Lei Complementar nº 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75; do Projeto de Resolução nº 754/99, do Deputado Luiz Tadeu Leite, que aprova acordo celebrado entre os Municípios de Juvenília e Montalvânia, para modificação de limite territorial; e dos Projetos de Lei nºs 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das delegacias de polícia a informar as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal; 774/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que estabelece critérios para o controle da ordem cronológica dos pagamentos dos contratos administrativos; 1.093/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre a divulgação anual dos nomes das pessoas que se destacaram no descumprimento do Código de Defesa do Consumidor; 545/99, da Comissão de Direitos Humanos, que determina o pagamento de indenizações à vítima de crime de tortura praticada por agente do Estado; e 1.006/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a divulgação da relação de obras contratadas pelos órgãos das administrações públicas direta e indireta do Estado e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de dezembro de 2000.

Anderson Aduato, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/12/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, em 2º turno, os Projetos de Lei nºs 227/99, do Deputado Durval Ângelo; 268/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 346/99, do Deputado Amílcar Martins; 530/99, da Deputada Maria Olívia; 597/99, do Deputado João Leite; 607/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 830/2000, do Deputado Alberto Bejani; 1.172/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, parecer sobre emendas e, em 1º turno, os Projetos de Lei nºs 356/99, do Deputado Luiz Fernando Faria; 914 e 926/2000, do Deputado Durval Ângelo; 944/2000, do Deputado Márcio Kangussu; 1.011/2000, do Deputado Paulo Piau; 1.016/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.024/2000, do Deputado Fábio Avelar; 1.046/2000, do Deputado Ailton Vilela; 1.050/2000, do Deputado Ivo José; 1.105/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.110/2000, da Deputada Elbe Brandão; 1.112/2000, do Deputado Amílcar Martins; 1.133/2000, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.137/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.198/2000, do Governador do Estado; 1.226/2000, do Deputado Miguel Martini, e 1.271/2000, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, Wanderley Ávila, Alencar da Silveira Júnior e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/12/2000, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Substitutivo nº 1, apresentado em Plenário.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2000.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.202/2000

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Elaine Matozinhos, o projeto em epígrafe visa estabelecer que o preço da passagem do transporte intermunicipal cobrada do passageiro que viaje em pé seja inferior ao valor da passagem dos demais usuários.

Publicado no "Diário do Legislativo", em 15/9/2000, o projeto foi preliminarmente distribuído a esta Comissão para ser submetido a exame de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame objetiva incluir no ordenamento jurídico estadual norma determinando que o preço da passagem do usuário do transporte intermunicipal que viajar em pé será de, no máximo, 50% do preço da passagem do que viajar sentado.

Em que pese à iniciativa da nobre Deputada, a matéria deve ser avaliada com cautela. Isso porque o transporte de passageiros em pé no sistema rodoviário intermunicipal deve ocorrer somente em situações excepcionais, atendendo exclusivamente a eventual necessidade do usuário.

O desconto de 50% na tarifa, contrariamente ao pretendido, incentivará o passageiro a viajar em pé, impedirá a criação de novos horários, em razão da ausência de demanda, e gerará desigualdade tarifária entre usuários de uma mesma categoria de serviço, além de causar o agravamento dos custos operacionais diretos, como combustível, lubrificantes, rodagem, peças, devido ao maior peso que deverá ser suportado pelo veículo.

O transporte coletivo intermunicipal no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 10, inciso IX, da Constituição Estadual, constitui serviço público, prestado pela iniciativa privada mediante concessão do poder público, e, conseqüentemente, deve ser voltado para o interesse do usuário.

Vale ressaltar que, no sistema mineiro, há diferenciação quanto à categoria do serviço, que pode ser convencional, executivo ou master. Nos dois últimos, não se admite transporte de passageiro em pé, e a tarifa é superior à do serviço convencional. Isso significa que o usuário que viaja em pé é automaticamente beneficiado pelo preço inferior da passagem.

É por tais motivos que propomos o Substitutivo nº 1, visando adequar a iniciativa às peculiaridades do transporte coletivo rodoviário intermunicipal, para que o usuário não seja impedido de visitar os familiares em épocas festivas ou fique abandonado em rodovias.

A premissa do substitutivo é a admissão do transporte de passageiros em pé somente em circunstâncias excepcionais, tais como: períodos de demanda atípica (Natal, Ano Novo), trechos de até 100km e prestação de socorro, não podendo ser ultrapassado o limite de 25% da capacidade nominal do veículo para não comprometer a segurança.

Todas as hipóteses correspondem a necessidades imediatas, ou melhor, inadiáveis dos usuários, na medida em que o Decreto nº 32.656, de 14/3/91, que contém o Regulamento de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal, determina, no art. 17, § 2º, a venda antecipada de passagens no prazo mínimo de dez dias antes da viagem, além de o art. 44 autorizar a realização de viagens de reforço, implicando na disponibilização de horários extras e mais lugares.

O § 5º prevê situações que não se enquadram nas hipóteses acima citadas, nas quais se justifica o desconto na tarifa, visando forçar a adequação do quadro de horários de determinadas linhas e compensar o maior sacrifício imposto ao usuário pela distância superior a 100km.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.202/2000 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.655, de 14 de julho de 2000, que estabelece direitos e obrigações do usuário do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 13.655, de 14 de julho de 2000, fica acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

"Art. 3º -

§ 4º - O transporte de passageiro em pé será admitido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da lotação nominal do veículo, nas seguintes hipóteses:

I - períodos de demanda atípica e excessiva de transporte, desde que solicitada autorização pelo delegatário ou por sua entidade de classe;

II - trechos de viagem de, no máximo, 100km (cem quilômetros), contados a partir de cada ponto extremo, em ocasiões de demanda normal de transporte;

III - prestação de socorro;

IV - motivo relevante ou causa superveniente que justifique o excesso.

§ 5º - O passageiro poderá ser transportado em pé, respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da lotação nominal do veículo, em circunstâncias não previstas no § 4º, desde que:

I - o valor da passagem não exceda a metade do cobrado de quem estiver sentado;

II - a passagem seja emitida no terminal rodoviário após terem sido vendidas todas as poltronas e não haja possibilidade de atender o usuário em outro horário no prazo de noventa minutos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2000.

Ermano Batista, Presidente - Bené Guedes, relator - Antônio Júlio - Paulo Piau.

Comissão de Defesa do Consumidor

Relatório

A proposição em apreço, do Deputado João Paulo, dispõe sobre o atendimento de clientes nos estabelecimentos bancários e dá outras providências.

Aprovado no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, vem o projeto a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno.

A redação do vencido, em anexo, passa a ser parte deste parecer.

Fundamentação

Ao disciplinar, mediante lei, o atendimento aos usuários dos serviços bancários, a proposição em apreço vai ao encontro dos interesses dos consumidores do Estado de Minas Gerais.

Os desgastes e contratempos impostos aos clientes das instituições financeiras alcançaram limites intoleráveis e, por certo, motivaram o autor da proposta a deflagrar o processo legislativo, objetivando dar um basta a essa situação que afronta sobremaneira os consumidores mineiros.

O projeto, com as alterações que recebeu, estabelece prazo para que o Poder Executivo regulamente a lei, instituindo os parâmetros necessários à sua eficácia, e obriga os estabelecimentos de crédito a instalar, também, para sua clientela, banheiros e bebedouros. Essa iniciativa, por certo, irá proporcionar maior conforto para todos aqueles que freqüentam as agências bancárias em busca de produtos e serviços ou mesmo para perceber proventos de aposentadoria ou pensão.

Conclusão

Pelas razões aduzidas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 838/2000 na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2000.

Geraldo Rezende, Presidente - Elaine Matozinhos, relatora - Bené Guedes.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 838/2000

Dispõe sobre o atendimento de clientes nos estabelecimentos bancários e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os estabelecimentos bancários ficam obrigados a atender cada cliente no prazo de quinze minutos contados a partir do momento em que ele tenha entrado na fila de atendimento.

§ 1º - Considera-se cliente toda pessoa que, no âmbito da agência bancária ou posto de atendimento, utilizar-se do caixa e dos equipamentos de auto-atendimento.

§ 2º - Considera-se fila de atendimento aquela que conduz o cliente aos caixas e equipamentos de auto-atendimento.

§ 3º - Considera-se tempo de espera aquele computado desde a entrada do cliente na fila até o início do efetivo atendimento.

Art. 2º - Para o cumprimento do disposto no art. 1º, as agências e os postos de atendimento dos estabelecimentos bancários deverão entregar senha de atendimento aos clientes, na qual constem o número de ordem de chegada do cliente, a data e a hora exata de sua entrada no estabelecimento.

Art. 3º - Não será considerada infração à lei a não-observância do tempo de espera quando esta ocorrer em razão de problemas na transmissão de dados, na telefonia, por falta de energia elétrica ou por greve de funcionários.

Art. 4º - Cabe aos estabelecimentos bancários implantar, no prazo máximo de noventa dias, os procedimentos necessários para o cumprimento do disposto no art. 1º.

Art. 5º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o estabelecimento infrator à aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência escrita;

II - multa de 5.000 UFIRs (cinco mil Unidades Fiscais de Referência) em caso de reincidência.

Art. 6º - Ficam os estabelecimentos bancários obrigados a instalar banheiros e bebedouros para atendimento aos clientes.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Deputado Ambrósio Pinto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, coincidentemente, ontem usou esta tribuna o meu colega Amílcar Martins, que falou sobre a licitação para coleta de lixo feita na cidade de Contagem. Precisamos ficar atentos, porque essa modalidade de licitação, no Estado de Minas Gerais, está virando moda de maneira incorreta. Esse é o motivo do meu pronunciamento.

No dia 25 de junho passado, o jornal "Estado de Minas" publicou, na sua primeira página, a manchete intitulada "Licitação Marcada no Sul", que abordava a contratação irregular, por parte da Prefeitura de Itajubá, do serviço de coleta de lixo.

O grande jornal dos mineiros passou, então, a tratar desse triste tema, que, infelizmente, compromete a administração municipal de Itajubá, através de sucessivas reportagens de altíssimo nível, imparciais, redigidas pelos jornalistas William Santos e Marcelo Freitas.

Temos conhecimento de que, graças à imprensa e ao Poder Judiciário, mais um caso de corrupção está sendo investigado pelo Ministério Público, o que muito nos tranquiliza, pois, como representante legal que somos da população daquele município, não devemos medir esforços para defender os seus interesses.

Decorridos cinco meses desse infeliz episódio, que, lamentavelmente, envergonha a nossa cidade, recebemos, em nosso gabinete, um exemplar do jornal "Região Sul". A sua primeira página, para a nossa surpresa, trazia estampada uma manchete sobre o pedido de prisão do suposto responsável pelo crime do grampo.

Parabenizamos a Polícia Civil pela seriedade com que vem conduzindo o caso e questionamos o jornal "Região Sul" sobre o sensacionalismo da matéria, sobretudo por se tratar de mera conclusão, no âmbito do inquérito policial.

Até o momento, não houve um pronunciamento oficial da justiça a respeito do ocorrido, e, infelizmente, dois funcionários da TELEMAR foram demitidos sem provas circunstanciais, com base apenas em indícios.

Gostariamos que a importância que estão dando ao caso do grampo não ofuscasse o crime mais relevante, que é a licitação com cartas marcadas promovida pela Prefeitura, em parceria com a Envil, para a contratação da empresa coletora de lixo.

Para aqueles que desconhecem o assunto, esclarecemos que foi através do grampo no telefone do Prefeito de Itajubá que se descobriram as irregularidades na licitação que teve como vencedora a empresa de coleta de lixo Envil.

Extensas gravações mostram detalhes sórdidos do diálogo travado entre o proprietário da Envil e o Prefeito de Itajubá, quando até mesmo a data de publicação do edital é estabelecida. Tudo foi cumprido como o combinado. É bom lembrar, ainda, que o resultado da licitação foi publicado com um mês de antecedência no jornal "Estado de Minas", representando mais uma prova concreta sobre os fatos denunciados.

Além disso, há um outro agravante. A empresa já é reincidente em se tratando de atos irregulares. A Promotoria Pública de Itajubá confirma a existência de outro processo envolvendo o Prefeito e a Envil. Ele tramita na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça.

Não estamos, de maneira alguma, defendendo o ato de se realizar escuta telefônica para se descobrirem fatos comprometedores. Contudo, fica aqui uma pergunta para aqueles que tiveram o trabalho de nos enviar tal correspondência. O crime do grampo merece mais destaque na mídia do que a malversação de verbas públicas?

É certo que cabe a qualquer veículo de comunicação de comprovada seriedade divulgar, através de um jornalismo sério e imparcial, fatos de interesse da comunidade, mas não podemos esquecer que atos nocivos aos cofres públicos não podem e não devem perder espaço na mídia, até que eles sejam esclarecidos e punidos, como manda a lei.

Fazemos aqui um apelo à justiça, para que as irregularidades na licitação realizada pela Prefeitura de Itajubá sejam apuradas com a maior urgência e punidas conforme a lei, em nome do princípio constitucional da moralidade administrativa. Caso contrário, seremos obrigados a escutar aquele velho refrão que diz que tudo no Brasil acaba em pizza.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - O Deputado Ambrósio Pinto trouxe a esta tribuna um assunto de suma importância, que acaba oscilando entre o ridículo e o surrealismo. Houve, há pouco tempo, uma denúncia, que foi feita no "Estado de Minas", com relação a umas fitas que foram gravadas, clandestinamente, de uma conversa do Prefeito de Itajubá com um Secretário Adjunto de Estado. Tratava-se da combinação de uma licitação pública, que mostrava, claramente, o vício do processo. Recebi essas fitas em meu gabinete, anonimamente. Procurei a coordenadoria do Ministério Público que trata do patrimônio público. Eles ouviram as fitas em abril ou maio. Chegamos à conclusão de que elas apenas se confirmariam se o resultado fosse aquilo que foi combinado ao telefone. Durante um mês e meio, esse assunto ficou guardado. No mês de junho, quando a licitação pública de prestação de serviços de coleta e de varrição do lixo de Itajubá foi aberta, tudo foi confirmado. O Ministério Público abriu um inquérito e cancelou o processo licitatório. A Secretaria da Segurança Pública, por meio do Secretário Estadual, abriu um inquérito para apurar quem gravou as fitas, e não a fraude. Ridiculamente, concluíram que Vereadores da Oposição ao Prefeito e funcionários da TELEMAR seriam os responsáveis. O inquérito foi uma farsa das mais absurdas. No inquérito, consta que eu havia recebido a fita depois da abertura da licitação. Três Promotores de Justiça ouviram a fita um mês e meio antes dessa abertura, mas eles não foram ouvidos no inquérito, apesar de estarem querendo depor. O inquérito chegou até a propor um prazo e a concluir a data em que as fitas foram ouvidas. O Delegado, não apenas pelas suas fichas de ocorrência, que são muitas, não tinha condições para presidir esse inquérito. Ficou claro que o processo foi viciado e teleguiado. Alio-me ao seu pronunciamento, prestando solidariedade aos Vereadores que estão servindo de bode expiatório para essa crise, mas que mostraram a que pode se prestar um inquérito policial. Infelizmente, com todo o respeito e consideração, isso deprecia a Polícia Civil.

O Deputado Ambrósio Pinto - Agradeço o aparte do Deputado Durval Ângelo. Deixamos aqui registrado o nosso pedido para que a justiça tome as devidas providências com relação ao ocorrido e que essa licitação não seja realizada. Por incrível que pareça, somente em minha cidade dizem que essa gravação é uma farsa. Deram mais ênfase à questão referente a quem fez o grampo do que ao conteúdo da fita. O Secretário Adjunto que estava envolvido nessa conversa já foi demitido. Provavelmente, tinha culpa no cartório. O Prefeito disputou e ganhou a eleição, passando a imagem de que é um homem sério. Não podemos confiar nessas atitudes, porque lesam o nosso município. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores, muito se tem discutido nesta Casa sobre as questões relativas ao desenvolvimento econômico e social, à miséria, ao desemprego, à falta de habitação, à falta de políticas agrárias e tantos outros problemas de um Estado, cuja uniformidade está na mineirice e no amor por Minas. Vivemos problemas de grandes injustiças sociais, porque determinadas regiões não têm políticas públicas ao longo de décadas. Muito se tem falado sobre a pobreza do vale do Mucuri e do Jequitinhonha, do Norte de Minas e de tantas outras áreas, cujos problemas sociais são cada vez mais graves.

Falarei agora sobre outra região: a região em que nasci. Se não forem implementadas políticas públicas urgentes e maciças, possivelmente essa região se tornará mais uma entre as regiões mais pobres do Estado. Constatou-se, por exemplo, que o vale do Jequitinhonha é um dos vales da pobreza, que parte do Norte de Minas passa por graves problemas sociais, especialmente devido à seca, mas nossa região, na intercessão da Zona das Vertentes com a Zona da Mata, também está passando por problemas gravíssimos. As cidades que a compõem têm de boa condição social a uma condição social muito ruim. Entre Barbacena e Ubá, na divisa de Viçosa e Conselheiro Lafaiete, algumas cidades têm passado por problemas sociais gravíssimos. São elas: Desterro do Melo, Alto Rio Doce, Cipotânea, Dolores do Turvo, Senador Firmino, Rio Espera, Lamim, Capela Nova, Piranga, Presidente Bernardes, Divinésia, Brás Pires, Senhora de Oliveira, Catas Altas da Noruega, Paula Cândido, Itaverava, Porto Firme, Santana dos Montes, Mercês e, de certa forma, Senhora dos Remédios - embora não tanto -, fazem parte de uma região extremamente empobrecida, cujos índices de analfabetismo e de pobreza têm aumentado a ponto de levá-la em direção ao que vivem hoje os vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Essas cidades estão isoladas de várias formas. Em primeiro lugar, pela comunicação terrestre, já que não podemos pensar em desenvolvimento sem pensar na pavimentação de estradas. Não há como os produtores daquela região venderem os seus produtos para outros locais se as estradas não tiverem pavimentação asfáltica.

E mais: os filhos dessas terras têm também problemas quanto à qualidade da educação. Não tendo perspectiva de vida melhor, têm de sair dessas cidades, que, hoje, em vez de crescer, estão diminuindo. As pessoas estão indo para cidades maiores, onde povoam os bairros periféricos, que têm também seus problemas.

Investimento na produção agropecuária praticamente não existe há muitos anos. Antigamente, algumas cidades mantinham fábricas de queijo. É incrível, mas estamos andando para trás. Há 30 anos conseguiam fazer isso, hoje não conseguem mais. Os produtores têm de levar o leite para outro centro, ou seja, para uma cidade-pólo de uma outra microrregião, para poder fazer o queijo.

A produção de arroz, feijão, milho, frango, diminui a cada dia. Essas cidades estão comprando, com seus poucos recursos, esses alimentos básicos da mesa do brasileiro, os quais há 15, 20, 30 anos, todos produziam. Hoje até mão-de-obra falta, porque o êxodo rural a levou dessas pequenas cidades.

Em saúde, senhores, nem se pensa, porque não dá para fixar um médico numa cidade dessas, sem a mínima condição de trabalho. O profissional, que quer estar perto de um centro médio - nem precisa ser grande - para manter a sua capacitação profissional, quando vai para uma cidade dessas fica não só acumulado de serviço, como também tem dificuldade de se transportar, especialmente na época das águas, para ter um curso de reciclagem, ou o que seja.

Os programas para saúde também são de pouco vulto. O programa Saúde da Família é um modelo de inversão do processo. Para a cidade pequena manter um médico, ela tem um custo que, muitas vezes, a Prefeitura não tem condição de manter.

Vivemos uma contradição. Cidades que já têm assistência à saúde, que já têm programas de saúde desenvolvidos, programas de saúde com eficácia e efetividade, cidades que conseguem fazer um bom atendimento à saúde, comparadas com as cidades menores, que mais precisam de assistência, têm menor atenção. Essa contradição só onera, só fragiliza os habitantes dessas pequenas cidades.

Quando vemos o orçamento do Estado, verificamos que nele não há garantido para essas regiões o investimento adequado para que possam se desenvolver. Menos até do que isso, para que possam sair da pobreza, da miséria, para que possam melhorar um pouco a sua qualidade de vida.

Assim, senhores e senhoras, nós, parlamentares, filhos daquela região, sentimos o quanto é necessário a união de forças para que algo possa acontecer naquela região.

Na verdade, se a compararmos a um palco, aquela região é a sua parte escura, onde poucos enxergam os seus problemas, já que não tem nada de tão especial que possa chamar a atenção do poder público ou de outros, como os meios de comunicação. No entanto, lá a vida cultural, as raízes de um povo continuam sendo vividas, revividas e mantidas.

Assim, quero saudar os filhos daquela região, que, diante de problemas tão graves e de dificuldades tão grandes, estão construindo uma organização não-governamental. Os filhos daquela

terra que estão fora dela e que conseguiram vencer na vida com muita dificuldade estão organizando uma ONG para buscar recursos para investimentos e também para ser um instrumento de pressão junto ao poder público, para que algo aconteça nos próximos anos.

Sr. Presidente, existe um projeto para asfaltamento de 2.000km para Minas Gerais. Nesse projeto está garantido o asfaltamento pelo menos de Barbacena até o Alto do Rio Doce, o que não resolve o problema, mas já é um avanço, pois faz uma integração pequena, inicial. Sabemos que o Banco Central tem dificultado a captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e que solicitou ao Governo de Minas que refizesse o projeto, dizendo que esse já estava antigo, ultrapassado.

Ora, como um projeto aprovado em 1998 pode, no princípio de 2000, estar ultrapassado, apesar de as condições do Estado e dessas estradas continuarem as mesmas? Que problemas está criando o Banco Central? Quer retaliar Minas Gerais? Vai dificultar a integração dessas regiões tão pobres, que, a cada dia, ficam ainda mais pobres e não terão futuro se não houver um investimento mínimo?

Então, vimos a esta tribuna dizer da necessidade de o Governo Federal entender que esses recursos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, precisam ser liberados o mais rapidamente possível, para que Minas Gerais possa ter a oportunidade de ter integrado as suas regiões tão pobres, tantas quantas outras do Nordeste ou do Norte deste País. Assim, vimos fazer um apelo não somente ao Governo Federal, mas também às instâncias do Governo Estadual, para que olhem com carinho essa região que citei e tantas outras cidades que estão clamando pelo olhar daqueles que estão na decisão do poder, principalmente do Poder Executivo. E quero citar o nome de um lugar que é a minha cidade, o Distrito de Abreu, onde nasci, e o Distrito de Alto Rio Doce. O conjunto dessas cidades constitui uma zona muito pobre de Minas Gerais.

Para finalizar, registro que recebi a visita, hoje, em meu Gabinete, de representantes de funcionários da Prefeitura de Ribeirão das Neves, dizendo sobre o problema que estão vivendo lá. Os funcionários, especialmente os da área da saúde, não recebem seu salário desde julho deste ano. Cerca de 50% dos servidores da Prefeitura de Ribeirão das Neves não estão recebendo o salário devido.

E, segundo me informaram, o ex-Prefeito Ailton de Oliveira foi afastado por denúncia de enriquecimento ilícito, e o Prefeito atual, Dorival de Souza, prometeu que vai acertar a folha de pagamento atrasada, principalmente a do pessoal da área da saúde.

A informação preocupa-me, principalmente com relação à região metropolitana, porque a Vigilância Sanitária está parada há mais de dois meses, a cobertura vacinal caiu em 50%, e aí os problemas aumentam, porque também o serviço de lixo está deficiente. Temos os problemas das chuvas e, com eles, a dengue, a leishmaniose e a leptospirose. O Programa Saúde da Família é o único que está funcionando. O serviço de urgência não está funcionando há mais de 30 dias, e os pacientes estão sendo encaminhados para Belo Horizonte, o que está acumulando a rede pública de saúde desta cidade.

Quero aproveitar a oportunidade para solicitar ao atual Prefeito, Dorival de Souza, a pedido de diversos servidores que estiveram comigo hoje, que ele faça o maior esforço possível para solucionar esses problemas tão graves. E não somente os problemas dos servidores, mas também com relação à saúde, que também pode estar trazendo problemas para a própria região metropolitana e para Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pastor George - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores, depois do belo pronunciamento do Deputado Edson Rezende, citando a grande dificuldade por que passa Minas Gerais e, especificamente, sua região, a Zona da Mata, quero iniciar meu pronunciamento, mais uma vez, lamentando que, nesta guerra de desentendimentos entre o Governo Estadual e o Federal, Minas Gerais acabe sempre sendo prejudicada. Tivemos a notícia de que o Programa Comunidade Solidária, que atende vários municípios do Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas, terá a sua distribuição de cestas interrompida, pois foram canceladas cerca de 13 cidades, que passarão o Natal com fome.

Numa economia como a nossa, em que se propaga que estamos vivendo uma estabilidade de preços, ao depararmos com os jornais, a realidade é bem diferente. Houve aumento de combustível, que já é o terceiro neste ano, e, conseqüentemente, vem-se desenvolvendo uma cadeia de aumento de preços, porque sobem também o gás de cozinha e outras coisas.

Todos sabemos que somos uma economia dependente e que o aumento do petróleo passa pela questão internacional, o que não deveria acontecer, já que a maior parte do combustível

consumido em nosso País é extraído do nosso solo, pela PETROBRÁS, e não vejo por que essa associação com o preço internacional do petróleo.

Já estamos vivendo com aumentos acima da taxa de inflação em relação à energia elétrica, água, enfim, às tarifas públicas, o mesmo não ocorrendo com os salários, lamentavelmente, o que é preocupante.

Ora, um aumento do gás de cozinha superior a 10% é preocupante, para não dizer absurdo, pois, necessariamente, constituirá custos para as famílias e comércios que dependem desse produto.

Com isso, os trabalhadores e a população em geral continuam sofrendo uma perda do poder aquisitivo. A cada dia que passa, o povo brasileiro compra menos, perde o poder de compra em função de todo esse modelo que se tem adotado.

Por mais preocupante que seja essa situação descrita, a notícia de que o Governo Federal cortou a distribuição de cestas básicas do Programa Comunidade Solidária, nos meses de novembro e dezembro, em pelo menos 13 cidades da região do vale do Jequitinhonha, é algo estarrecedor.

Essas cestas vinham sendo distribuídas através do Programa Comunidade Solidária. Ironicamente, no art. 1º do decreto de sua criação, está dito: "O Programa Comunidade Solidária, vinculado à Presidência da República, tem por objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza".

Agora vemos que o Governo Federal acaba de dar essa notícia, que vai cortar a distribuição das cestas. Conheço muito bem aquela região e nas várias vezes em que lá estive pudemos constatar que muitas famílias não têm sequer uma fonte de renda, restando-lhes apenas esta cesta de alimentos distribuída pelo Governo Federal como forma de sobrevivência. O corte da distribuição desses alimentos agrava a situação dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e de boa parte das cidades do Norte de Minas.

Meus caros pares, pobreza e fome infelizmente o cenário que encontramos em muitas regiões do Vale do Jequitinhonha. Como disse anteriormente, sabemos que a pobreza é um problema complexo e com muitas dimensões, extrapolando o aspecto nacional, indo também para outros países; o foco e o enfoque de suas questões não são iguais nem gerais.

Entretanto, o combate a esta situação de miserabilidade, com a erradicação da pobreza e da fome, enfim, a melhor qualidade de vida das populações deve ser perseguida pelos governantes, incansavelmente, sem trêguas ou descansos, independentemente de ideologias, doutrinas, modo de produção, sistema econômico ou político.

O Vale do Jequitinhonha, meu querido Vale, pouco tem progredido. Quem anda por lá tem visto isso. Agora, com essa notícia, a situação se complica.

Alguns programas públicos não têm mostrado êxito e possibilidades de melhoria dessa realidade. Acrescenta-se a essas dificuldades fatores naturais, como as secas prolongadas, o desmatamento nas cabeceiras dos afluentes do rio, bem como a degradação do Jequitinhonha e as plantações homogêneas.

Nesse quadro, a notícia da suspensão das cestas básicas tem um peso de uma bomba sobre a região, porque representam para muitas famílias o seu único sustento.

É lamentável, e mais uma vez vemos que neste País as pessoas que são pobres têm a tendência de cada vez mais se empobrecerem, e o Governo Federal está dando a sua colaboração para que isso seja um fato verdadeiro.

Não queremos e não concordamos que mineiros necessitados dessa região fiquem à espera e à mercê dessas cestas. O certo seria uma política voltada para a abertura de novas frentes de trabalho, uma política que visasse uma melhor distribuição de renda para aquela gente sofrida do Jequitinhonha. As cestas de alimentos não resolvem o problema no todo, mas tirá-las de famílias que não têm fonte de renda é realmente o cúmulo. Vejam a que ponto chegamos. Tira-se da boca de crianças de famílias pobres o alimento.

Achamos que uma maneira sensata e produtiva de atingirmos milhões de brasileiros que se encontram em estado de miséria e, muitas vezes, não são atingidos por nenhuma ação ou política governamental é justamente reforçar programas de ações compensatórias, como esses das cestas do Vale do Jequitinhonha.

Como já citado em outra oportunidade, independentemente de ideologia ou doutrina, as idéias e sugestões que venham propor o fim da miséria e da pobreza devem ser um dever de todos aqueles que podem contribuir.

Por isso, pedimos com veemência, fazendo coro com o nosso colega, Deputado Federal Nilmário Miranda, que, ontem, em discurso na Câmara Federal, mostrou, também, a sua indignação com tal situação, que o Governo Federal reavalie a questão e destine os recursos necessários para a continuidade desse programa.

A sua continuidade irá contribuir para a inclusão de milhões de brasileiros no processo social e possibilitar a eles exercerem a sua cidadania e tornar o País mais justo.

Quero encerrar, Sr. Presidente, lamentando o fato de Minas Gerais vir sofrendo tanta discriminação. Os municípios vinculados à área da SUDENE foram cortados do programa de combate à pobreza. Agora, o Governo Federal suspende a distribuição de cestas em 13 cidades do Vale do Jequitinhonha. Temos de refletir se realmente foi uma boa termos confiado em alguém que, pela sua formação, inspirou-nos a acreditar que teria mais sensibilidade para com a gente pobre do nosso País, em especial com a nossa gente do Vale do Jequitinhonha. É lamentável. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje o tema que nos traz a esta tribuna é o Conselho Estadual de Educação. Poderíamos dizer que "há muito mais coisas entre o céu e a terra do que possa supor a nossa vã filosofia". Ou ainda, no popular: "debaixo desse angu tem carne".

Quero deixar bem claro que este discurso foi provocado por um discurso proferido em 8/11/2000 pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, nesta tribuna. Ele desenvolveu, dentro do papel que cabe a qualquer parlamentar, sua tese a respeito do Conselho Estadual de Educação. Ela foi pontuada de críticas, cobranças, ao mesmo tempo exigindo um posicionamento desta Casa com relação ao que chamava de superpoderes desse Conselho.

E, nos questionamentos do Deputado, ele coloca que a atividade do Conselho, prevista na Constituição, tem que ser regulamentada. Está previsto no art. 206 da Constituição. Mas, ao mesmo tempo, ele cita a Lei Delegada nº 31, de 1985, que, em seu art. 1º, inciso II, estabelece que compete ao Conselho manifestar-se sobre autorização e funcionamento de universidades e estabelecimentos de ensino agrupados ou isolados. É bom deixarmos bem claro que nem a norma da Constituição foi modificada nem a lei delegada. Então, o Deputado, como legislador e professor, sabe que o Conselho não estaria sem norma. Nós mesmos, da Bancada do PT, por meio da Deputada Maria José Hauelsen, já abrimos vários debates e discussões sobre a forma de escolha do Conselheiro. Mas hoje queremos avaliar que dizer que o Conselho está legislando sem embasamento legal não tem fundamento. Entendemos que é um processo de estar, de alguma forma, querendo demonstrar outras questões.

Temos também uma afirmação do Deputado de que o Conselho passa a agir como quiser. O Conselho, hoje, age ditatorialmente, porque não tem limites, porque não existem leis, normas, parâmetros. O Conselho pode achar alguma coisa certa hoje e mudá-la amanhã, se não achar mais que é certa. E o que fará amanhã? Entendemos que isso não acontece. O Conselho tem uma delegação da Assembléia e do Conselho Nacional de Educação e age dentro dessas normas e de um regimento maior, que é a LDB. E, ao mesmo tempo, o Deputado diz que fica ao bel-prazer dos Conselheiros, das influências, dos "lobbies", da pressão. Acho que isso é um prejulgamento precipitado e injusto. Apesar de o Deputado falar que não fazia referência às pessoas, mas, sim, à estrutura, não podemos fazer esse prejulgamento. Entendemos que os Conselheiros, sabatinados nesta Casa, são, na sua grande maioria, pessoas que contribuíram de forma decisiva para a educação neste Estado.

Então, acho que fazermos uma afirmação dessas acaba sendo um prejulgamento injusto e levanta uma suspeita sobre o Conselho e sobre os Conselheiros. Deixamos bem claro que

não concordamos com essas e outras assertivas que comentarei a seguir.

O Deputado Antônio Carlos Andrada (em aparte) - Nobre Deputado Durval Ângelo, agradeço o aparte a mim concedido e acho importante V. Exa. discorrer sobre esse assunto. É realmente um tema polêmico, que queremos trazer à Casa para que haja esse tipo de discussão para troca de idéias, de opiniões.

O que gostaria de dizer é que a Casa aprovou ontem um requerimento para criar uma Comissão Especial que vai aprofundar essa questão. Vamos ter um fórum específico para detalhar bem essa questão.

Com relação a essa correspondência do Conselho, gostaria apenas de tecer dois comentários. É óbvio que o Conselho tem que se defender, tem que dar a sua versão. O que acontece é que a lei delegada dá poderes ao Conselho para se manifestar. Mas manifestar-se como, em que amplitude, em que profundidade? Isso a lei não diz. Então, está muito vago. O Conselho faz o que quer. O Conselho interpreta essa lei da maneira que acha mais conveniente.

Vou dar um exemplo do exagero e do abuso. O Conselho aprovou a elevação do "campus" de Varginha, da UEMG, para a categoria de centro universitário. Onde está na lei o poder para desmembrar um ente da UEMG e transformá-lo em centro universitário, contrariando a Constituição do Estado? Conforme a Constituição, aquela Fundação aderiu à UEMG. Não há artigo na Constituição nem legislação que dê poderes ao Conselho para interferir na vida universitária. Pela Constituição Federal, a fundação tem autonomia. O Conselho, sem base jurídica, acha que pode interferir nessa questão. É esse vazio jurídico que cria todas essas questões.

Encerrando, com relação à nomeação dos Conselheiros, nomear, em recondução, é nomear. É nomeado para um mandato; quando acaba o mandato, deixa de ser Conselheiro. A nomeação é outro ato de nomeação. Pode até não ser aprovado. A questão não é tão fácil como está dito aí. Existem outras questões jurídicas graves. No meu entendimento, o Conselho está completamente irregular.

O Deputado Durval Ângelo* - Gostaria de continuar comentando o discurso do nobre colega, que cita o seu Projeto nº 239, que foi aprovado em 1º turno. Por sinal, esse projeto é literalmente o projeto anterior do Deputado Francisco Ramalho, grande educador, que teve papel importante e o reconhecimento pela sua defesa da causa da educação no Estado. No entanto, o Deputado disse que o Conselho se agitou e começou a mobilizar setores do Governo para que o projeto não andasse. Disse que seria para o Conselho apresentar sugestões e faz uma afirmação, em pronunciamento feito no dia 8/11/2000, de que, passado um ano e meio, o Conselho não apresentou sugestão alguma.

Quero dizer ao Deputado que, a pedido dele próprio, Pe. Lázaro, Presidente do Conselho Estadual de Educação, montou-se uma Comissão composta pelos Conselheiros Adair Ribeiro, Gérson de Brito Melo Boson e José Januzzi de Souza Reis e pelos Profs. Oscar Vieira da Silva e Natália de Miranda Freire, da PUC-MG. É importante que essa Comissão tenha sido instalada, em 12/5/2000, a pedido do Conselheiro diretamente ligado ao Presidente Pe. Lázaro, segundo informação que me prestou. E, no dia 28/6/2000, a Comissão presidida por Adair Ribeiro e pelo relator, Prof. José Januzzi de Souza Reis, encaminhou a sugestão à Assembléia, posteriormente à intervenção de V. Exa.

Se houve algum problema e V. Exa. não recebeu a sugestão, até que a crítica pode ser pertinente, mas, na realidade, as sugestões foram aprovadas. Acho que isso mostrou um pouco a gratuidade do ataque de V. Exa. aos Conselheiros, quando fez uma afirmativa desrespeitosa a todos daquela casa, quando disse que colocar o Conselho Estadual de Educação para tomar conta do projeto que tramita na Casa é o mesmo que colocar raposa para tomar conta de galinheiro, é querer que a coisa não ande. De novo, temos o prejulgamento e uma afirmação preconceituosa a respeito da atuação.

Quando à questão da recondução, quando V. Exa. fala dos Conselheiros Glaura Vasques de Miranda, Secretária de Educação do Patrus Ananias, em Belo Horizonte; Pe. Lázaro de Assis Pinto, da PUC; José Januzzi de Souza Reis, da SENEC; Pe. José Geraldo Magela, também da SENEC, da PUC; Adair Ribeiro, Gérson de Brito Melo Boson e José Geraldo de Freitas Drumond, da UNIMONTES, gostaria de esclarecer que se trata do mesmo procedimento que todos os Governadores adotaram.

Durante o Governo Hélio Garcia, havia a primeira sabatina dos Conselheiros, que eram ouvidos. Aí vem o grande princípio. Se foram escolhidos, numa primeira sabatina, pela Assembléia para serem membros do Conselho Estadual de Educação, o entendimento sempre foi que, na recondução, não haveria necessidade.

Concordo que possamos levantar um outro ordenamento jurídico em que, na recondução, a Assembléia teria que ouvir os Conselheiros. Mas o fato mereceria uma crítica, porque não só o atual Governador como os anteriores têm adotado o mesmo procedimento, desde a promulgação da Constituição Estadual.

Outro fato digno de reparo é a fala de V. Exa., ainda sobre esse tema, referindo-se a Conselheiros biônicos que, por vontade do Governador, estariam atropelando a Constituição e a Assembléia, aumentando a confusão e o quadro de ilegalidade no Conselho. No mínimo, partilha esse pensamento com o Governador do partido de V. Exa., Eduardo Azeredo, pois, à época, era o mesmo procedimento que se adotava.

Outra conclusão que considero precipitada está na fala de V. Exa. quando diz que "o Conselho está vivendo um quadro lastimável". Isso não confere. O Conselho, hoje, é respeitado. Suas revistas, contendo pareceres, são referência nacional, usadas em pesquisas por educadores e por outros Conselhos Estaduais de Educação. E não é de estranhar que muitos membros que passaram pelo Conselho Estadual de Educação façam parte do Conselho Nacional de Educação. Fico a imaginar que interesse estaria por trás de afirmativas tão injustas e preconceituosas como essas. Tenho, em mãos, documentos sobre os quais discorrerei.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - É oportuno o pronunciamento de V. Exa. Em que pese a todo o respeito que temos pelo ilustre Deputado Antônio Carlos Andrada, discordamos da maneira com que S. Exa. trouxe à tribuna, em termos constitucionais, a formação e formatação do Conselho Estadual de Educação. Pela idoneidade e seriedade dos Conselheiros, por seu exemplo de trabalho e dignidade à frente da educação mineira, não resta a menor dúvida quanto à transparência do Conselho. É importante a discussão do assunto em uma comissão especial, para que as dúvidas levantadas pelo ilustre Deputado sejam aqui debatidas, uma vez que a provocação já foi feita, desde o mês de março, a esta Casa. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Durval Ângelo* - Acho que o nobre colega esqueceu-se de citar, no seu discurso, uma polêmica que envolve uma faculdade de Barbacena. Trata-se da questão da transferência de entidade mantenedora e da mudança de jurisdição do curso de Medicina, mantido pela Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade - FUNCEC -, e do curso de Direito da Fundação Presidente Antônio Carlos - FUPAC -, de Barbacena, ambos para a Associação Universitária do Vale do Aço - UNIVAÇO -, de Ipatinga. Aqui tenho os documentos e, inclusive, o balancete contábil da Universidade, que envolve compra dos cursos de Direito e Medicina, à qual se posicionou contrariamente o Conselho. Vejo que, nas duas Universidades, nos dois Conselhos, aparecem nomes semelhantes. Espero que a intervenção de V. Exa. não tenha sido a respeito dessa documentação. Na próxima semana, inscrevo-me, novamente, para comentar os documentos, um a um, o que não vou fazer agora, devido à exigüidade de tempo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, amigos da galeria, assessoria da Casa, talvez os ilustres parlamentares, de início, não entendam a reflexão que me permito fazer nesta tarde, em um palco onde travamos as grandes discussões de nosso Estado. Muito se tem falado nesta tribuna a respeito de fome, miséria, divergência política, corrupção, seca, etc., mas o que me traz a ela é um assunto diferente dos do dia-a-dia, quando defendemos os interesses de nosso povo.

Quero fazer uma reflexão "en passant" sobre a data em que comemoraremos o Dia de Ação de Graças. Nesta Casa, formada por 77 homens que representam o povo de nosso Estado, há a necessidade de fazermos alguns minutos de reflexão. O apóstolo São Paulo, homem versado nas leis judaica e romana e que sofreu os seus rigores, ao escrever sua primeira epístola aos fiéis da cidade grega de Tessalônica, emitiu a seguinte exortação: "Em tudo dai graças, porque esta é a vontade de Deus".

Entendo oportuno evocar essas palavras, registradas há quase dois mil anos, para chamar a atenção de todos para a necessidade de cultivarmos, nos variados níveis e circunstâncias, a virtude da gratidão e, sobretudo, nutrir o nosso coração com sentimentos nobres de fraternidade e união.

Vivemos dias difíceis. Os homens - para citar apenas alguns dos males enumerados pelo apóstolo - mostram-se, na sua maioria, cada vez mais egoístas, avarentos, ingratos,

desafeitados, mais amigos dos prazeres que amigos de Deus.

Essa triste realidade que temos presenciado com mais evidência nesta geração, que irá testemunhar a histórica virada de século e milênio, explicita diferentes manifestações de ingratidão que comprometem, substancialmente, a qualidade de vida na Terra.

O dicionário "Aurélio" diz que graça representa uma dádiva, uma benevolência, um favor. Nesse sentido, fomos agraciados por Deus, por exemplo, com uma natureza bela e exuberante.

Todavia, ao provocarmos a destruição do meio ambiente, demonstramos a nossa falta de gratidão para com o Criador e, por conseguinte, sofremos, pois a nossa ação destrutiva implica sérios malefícios para toda a humanidade.

Outra forma de ingratidão levada a efeito são os constantes atentados à paz. Como podemos entender os inúmeros conflitos existentes e os já ocorridos em todo o mundo? Como podemos aceitar que seres humanos se destruam e que povos inteiros sejam dizimados, subjugados ou que sofram os mais hediondos crimes em nome de interesses inconfessáveis?

Atentar contra a paz é outra triste demonstração da ausência de um espírito grato no ser humano. Na verdade, a ação de graças revela a existência de um coração pacífico e pacificador, e aquele que possui essa elevada qualidade é alcançado por uma das bem-aventuranças ensinadas por Nosso Senhor Jesus Cristo, que no seu sermão assim pregou: "Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus".

Não há como divorciar a graça do sentimento de igualdade, pois ela retrata a experiência íntima de sentir o outro, inferior ou superior em algum sentido, igual a nós. Esse é um pressuposto de tê-lo como irmão, vivendo, fraternal e constantemente, em estado de graça. Esse é o fermento e é o fator decisivo do próprio processo amoroso. O amor, como impulso de saída de si mesmo no encontro do outro, quando não estiver alicerçando a noção da igualdade e da graça arrisca perder seu rumo.

O estado de graça é o respeito de um pelo outro, do parlamentar pelo parlamentar e por todos aqueles que compõem uma sociedade humana, no sentimento de igualdade que mantém essa margem de distanciamento entre o sujeito e o objeto.

É também a graça que traduz o sentimento da igualdade humana, ao mesmo tempo em que a humildade e o orgulho, porque presente, face ao superior ou face ao inferior, dava tranqüilidade a São Francisco de Assis, que é esse paradigma do homem universal que atingiu o ideal de tratar igualmente os poderosos e os humildes, com a mesma serenidade com que tratava todo ser humano.

Não há como negar que temos muito a agradecer. Como podemos ser indiferentes com relação ao dom da vida? Como podemos ignorar a dádiva que representa o ar que respiramos? E a família? E os amigos? E a saúde? E a sociedade? E esta Casa? São tantos os benefícios oriundos da bondade divina que difícil se torna enumerá-los. Certo é que precisamos agir, sempre e em todos os momentos, com gratidão, humildade, igualdade e dignidade.

Diversas são as maneiras pelas quais podemos expressar nossa ação de graças. Ao elevarmos nossa voz em oração realizamos uma delas. Ao realizarmos uma atitude sincera e benevolente em favor do nosso próximo, também estamos materializando uma ação que irá produzir frutos de alegria, de amor e de fé, capazes de construir uma sociedade mais justa e mais humana.

Mais do que nunca, achei oportuno trazer a este seletto Plenário essa reflexão, no dia de hoje, que é diferente, e muito, das costumeiras que aqui são proferidas pelos nossos prezados colegas. Tenho certeza de que no próximo dia 28 será contemplada a vida de cada um dos parlamentares que dignificam e que honram a representatividade do nosso povo mineiro. Como representantes da gente mineira, precisamos viver constantemente em estado de graça, para que nossas ações do dia-a-dia possam sempre ter Deus como guia e como companheira, a esperança.

Sem dúvida alguma, é com todos os prezados colegas e exemplares servidores desta Casa que muito tenho aprendido. Esse aprendizado, acima de tudo, reveste-se de um verdadeiro exemplo de cidadania e sintonia com a verdadeira graça, pela convivência diária com todos, o que muito me gratifica.

É chegado o Natal. Certamente, o espírito dessa época suscita em todos nós emoções e sentimentos profundos. Afinal, é o tempo em que a humanidade celebra a encarnação do Cristo de Deus, expressão maior de toda a graça disponível aos homens. Sem dúvida, é um tempo que nos convida a refletir sobre as nossas atitudes em favor da construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Nós, escolhidos pelo povo mineiro para bem representá-lo neste parlamento, temos um grave desafio e uma grande responsabilidade.

Pelo voto, o povo de Minas Gerais outorgou-nos poderes para discutir e até mesmo decidir sobre diferentes aspectos da vida de toda a população. Nessa perspectiva, a nossa ação reveste-se de grande importância. Assim, temos de atuar com denodo e dedicação, situando, sempre em primeiro plano, a defesa dos legítimos interesses de nossa gente.

Com certeza, essa tarefa tornar-se-á mais fácil e gratificante se estivermos alicerçados nos sólidos fundamentos do bem comum, da igualdade e da gratidão, buscando, como propósito supremo, o respeito mútuo e a preservação da dignidade humana.

Finalmente, os que levam uma vida de fé, caridade e graça, sem medo de oferecer o seu testemunho cristão perante o público, perante o seu povo, certamente já participam do encargo profético e, como o povo de Deus em marcha, são legítimos herdeiros da felicidade eterna.

Sr. Presidente, essa é a reflexão que deixo lançada nesta Casa, aguardando a boa nova para todos, a fim de que possamos viver sempre em estado de graça, aprovar boas leis em benefício do nosso povo, cumprir o dever cívico e o dever de homem comum. Somente assim resgataremos a dignidade da família mineira. Desejo que Deus nos abençoe. Nesta data, em que estamos comemorando o Dia Nacional de Ação de Graças, cada um deve fazer a sua reflexão, o seu exame de consciência, para que possamos, sempre unidos num só pensamento, num só ideal, num só propósito, servir com transparência, com honradez, com dignidade, correspondendo ao que a família mineira tanto espera desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, com relação ao discurso do Deputado Durval Ângelo, quero apenas dizer que assumo as minhas posições com relação ao Conselho Estadual de Educação. Não retiro uma palavra do que disse, vou até o fim.

Conseguimos um avanço enorme com relação à comissão especial, que vai se aprofundar nessa questão. Vamos dar uma sacudida no Conselho, que está uma bagunça, que tem Conselheiro biônico, não aprovado por esta Casa. Justificar erros do passado com erros do presente não é correto. Não tenho culpa se o PT, na legislatura passada, engoliu erros do passado. Não estou aqui para passar a mão na cabeça do PT. Não fui Deputado na legislatura passada, sou Deputado nesta legislatura. Vou exercer o meu mandato com firmeza, de acordo com as minhas convicções. Não retiro uma palavra.

Com relação às conversas do Deputado Durval Ângelo, que ameaça trazer documentos, que traga um caminhão deles, porque esse assunto está entregue ao Ministério Público. Nós é que queremos que essa questão vá ao Judiciário, porque não confiamos no Conselho. O Conselho não tem isenção para dirimir qualquer dúvida. No Judiciário teremos segurança jurídica, porque vamos discutir com quem entende de leis. O Conselho não entende de leis, seus membros não são formados na questão jurídica. No Judiciário vamos ganhar.

Quanto a essa documentação que o Conselho deve ter enviado para tentar me atingir, não me amedronta. Não estou em briga pessoal contra o Conselho. Tenho condições de enfrentar essas bobagens, mas há muitas pessoas que não têm. Queremos que o Conselho se comporte com base em parâmetros legais, para que esses abusos que comete, às vezes, contra alguns, não cometa contra todos. Agindo de acordo com a lei, o Conselho agirá de maneira igual com todos, acabando com essa bagunça que existe lá. Do jeito que está é que não pode continuar. Vamos levantar essa questão.

E não pense, Deputado, que trazendo o debate para uma questão pessoal comigo, com relação a entidades das quais, porventura, temos a satisfação e o orgulho de participar, vai me intimidar. Vou enfrentar essa briga, mas não a misture com a questão do Conselho. A questão do Conselho, neste momento, é negociável. Como Deputado, como parlamentar e como membro da Comissão de Educação, tenho o dever moral de trazer essas questões a público e discuti-las publicamente, a fim de esclarecê-las e de procurarmos um bom caminho para a educação em Minas. A questão pessoal, trate-a comigo quando quiser. Pode trazer documentação, televisão, estou pronto para discutir, mas não misture esse assunto com o do Conselho, porque isso não vai resolver a bionicidade dos Conselheiros que estão lá. Continuam biônicos. Recondução é como reeleição. Para ser reeleito, tem-se que disputar eleição, é preciso ganhar para tomar posse. O Conselheiro, para ser reconduzido, tem de ser sabatinado de novo, porque, às vezes, no seu primeiro mandato pode não ter sido um bom Conselheiro, e deste modo a Assembléia terá condições de avaliar a sua atuação, para lhe permitir ou não o exercício de um novo mandato de dois anos. Atropelaram a Constituição, porque não deram condições à Assembléia de avaliar o trabalho do Conselheiro. A Constituição diz claramente que a Assembléia vai sabatar o indicado e aprovar a nomeação. O que aconteceu com esses Conselheiros agora? Foram nomeados. Se foram nomeados pela primeira, segunda ou terceira vez, isso não interessa. A Constituição não diz que é apenas na primeira nomeação. Se fosse assim, o Diretor da Imprensa Oficial, por exemplo - não quero me referir a ele, pessoalmente, estou citando apenas um exemplo -, foi sabatinado uma vez e está lá como Diretor da Imprensa. Amanhã, troca-se o Governo, o novo Governo resolve reconduzi-lo, nomeia-o e faz a sua recondução. Então, estará dispensado de passar pela sabatina da Assembléia, porque já passou uma vez? Não é por esse caminho, Deputado. A lei é muito clara.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, entendo que a discussão não saiu do campo das idéias em momento algum. E entendo, mais ainda, que usar a justificativa de que é questão pessoal é, também, uma forma de camuflar o debate.

Vamos aos questionamentos do Deputado. Primeiro, quando fala de uma provável omissão da Bancada do PT e se coloca como um arauto da defesa da Constituição, da norma ética em relação à nomeação de Conselheiro, é bom que se diga que ele está terminando o seu segundo ano como Deputado, e várias reconduções aconteceram no primeiro semestre do ano passado, como sempre foi de praxe. Ele poderia, então, ter feito essa intervenção e essa cobrança naquele momento. Por que, então, fez essa intervenção só agora, depois que o Conselho tomou decisões que não agradavam a uma faculdade de Barbacena? Não é uma questão pessoal. Mesmo que exista parentesco, laços familiares de pessoas nas duas unidades de ensino envolvidas na decisão do Conselho, tanto a Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade como a UNIVAÇO, de Ipatinga, e a Fundação Presidente Antônio Carlos - FUPAC, a questão não é pessoal. O envolvimento de familiares é uma questão política que não nos diz respeito. O que questionei é que a intervenção tenha sido feita depois de uma decisão que desagradou, que envolvia a transferência dos cursos de Medicina e de Direito da Fundação Educacional e Cultural, de João Monlevade, e da FUPAC, de Barbacena, para a Associação Universitária do Vale do Aço, de Ipatinga. Por isso, é interessante que esta discussão tenha acontecido neste momento.

Quanto a ele ter dito que quer levar a questão ao Ministério Público, à justiça, podem ver o parecer de 30/3/2000, do Conselho Estadual de Educação, que já tomou essa providência. No item 3.3, entendeu que essa transferência é irregular, que essa transferência não é transparente e já determinou encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público, para pronunciamento e adoção das providências cabíveis. Portanto, o inquérito já se encontra no Ministério Público. V. Exa. não precisará tomar essa providência para provocar a justiça, porque já está sendo provocada.

E quando eu disse que, na realidade, essa troca de cursos era uma venda de um curso de Medicina e de um curso de Direito, havia, sim, essa suspeita. Basta ver o balanço patrimonial analítico de dezembro de 1998 da Associação Universitária Vale do Aço. No Permanente Imobilizado, consta "Faculdade Direito/Aquisição; Convênio Aquisição Faculdade de Direito: R\$846.250,00". No balancete patrimonial analítico de dezembro de 1997 da referida Associação, consta, no Permanente Imobilizado, "Faculdade Direito/Aquisição; Convênio Aquisição Faculdade Direito: R\$523.750,00". Portanto, não são questões pessoais, são fatos.

E quero dizer mais: entregarei esses documentos à comissão especial que vai analisar a questão do Conselho, para que saiba muito bem o que está por trás de tudo. E te digo mais: assinei o requerimento para criar a Comissão, porque também quero apuração, quero que a verdade seja restabelecida.

Por fim, quando fizermos uma intervenção, acusarmos alguém ou algo, destrarmos a honra de pessoas sérias, temos que ter clara a nossa motivação. Quando disse, no início, que há muito mais coisas entre o céu e a terra do que possa supor a nossa vã filosofia, ou que embaixo desse anjo tem carne, é por causa desse documento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, volto a reafirmar o que disse: o Conselho Estadual de Educação não tem base legal para tomar as atitudes que está tomando; isso é um abuso. O Conselho vai dizer se essa transferência é certa ou não? Está tomando essa decisão com base em quê? Que lei dá poderes ao Conselho para dizer o que é certo ou errado? O Conselho está agindo ditatorialmente. Queremos que haja uma lei regulamentando o ensino superior, inclusive essas questões que estão aí. O Conselho diz que é errado o que acha que é errado, não o que a lei diz que está errado. Não indica onde está o erro na lei, não há questão legal. O Conselho não está baseado em leis, para dizer o que está dizendo. É esse abuso que não pode continuar a existir. O Conselho resolve dizer que a instituição X está ilegal, mas não é órgão judiciário para dizer isso, não há critérios definidos em lei para dizer que obedeceu o critério A ou B. O Conselho está sendo arbitrário, violento, e isso acontece com diversas instituições no Estado que estão à mercê da vontade do Conselho. Essa é a grande verdade.

O Deputado mentiu quando disse que não me manifestei quando surgiu o ato do Governador. Está registrado, nos anais desta Casa, o meu discurso desta tribuna, na mesma semana de publicação do ato no "Minas Gerais". Vou mostrar, na tribuna, o meu pronunciamento contra. Não estou reagindo agora, quando esta situação está ocorrendo. Tomei essa atitude na mesma semana em que o Governador assinou esse decreto irregular e abusivo, atropelando a Assembléia. Pensei que V. Exa. fosse defender as prerrogativas do Legislativo, tão usurpadas nos anos passados, bandeira que a esquerda brasileira tanto defendeu e que hoje prefere ignorar, para defender um Conselho irregular, que está cheio de biônicos, tão criticados, no passado, pelo PT. Quero é a legalidade. Não quero ser arauto da Constituição, no meu humilde papel de Deputado. Como membro desta Casa, acho que tenho que contribuir. Uma andorinha não faz verão, mas um colégio grande faz. E com relação à questão do Ministério Público, ainda bem que o Conselho mandou para lá. Tenho certeza de que o Ministério Público, integrado por homens da lei, se atará à lei. Aí a questão ficará esclarecida. Se ficasse nas mãos do Conselho, estaríamos naquela situação de aves presas com ramos tomando conta. Situação que impera hoje, pois o Conselho não tem parâmetro. Não vamos diminuir a nossa briga com relação à legalidade do Conselho. E quanto à comissão especial, tenho certeza, vamos solicitar à liderança que nos indique representante do partido nessa comissão, porque vamos nos aprofundar, de maneira dura e decidida, para esclarecer as questões atinentes ao CEE, que dizem respeito a toda a educação do Estado. Queremos esclarecer ponto por ponto e ver quantos absurdos estão naquele Conselho. Processos de faculdades estão lá, documentados, prontos para serem aprovados e engavetados, há um, dois, três, quatro anos, esperando o quê? A vontade do Conselheiro, dizendo que vai aprovar? Isso, porque não há lei que fixe o prazo, não há lei que estabeleça nada. O Conselho cria seus prazos e não os cumpre, porque os muda quando quer. Aquilo é uma bagunça. Lidamos com o Conselho no dia-a-dia e sabemos como é a sua realidade.

É preciso colocar ordem, por intermédio da lei. Não estou questionando posição de Conselheiro, não estou levantando questão pessoal. A bagunça é a falta de parâmetro, a falta de lei para regulamentar o trabalho do Conselho, trabalho que a Assembléia delegou, mas não impôs limites na sua delegação. Então, não há limite para a ação do Conselho. Queremos limitar e legalizar sua ação, que hoje está irregular.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão desse requerimento de minha autoria e de autoria do Deputado Paulo Piau é termos tomado conhecimento de que o Ministério da Fazenda teria recomendado o fechamento de algumas agências e postos da Receita Federal em diversas cidades de Minas Gerais, entre elas, Carangola e outras que estão mais próximas da minha área de atuação política, Viçosa e Muriaé. Por essa razão, a Assembléia Legislativa, como porta-voz do povo de Minas Gerais, deve manifestar-se, solicitando ao Ministro ou a sua assessoria que explique as razões de tal fechamento, que, além de frustrar a opinião pública dessas cidades, não contribui com Minas Gerais, reduzindo a atuação do Governo Federal em território mineiro.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria também de me manifestar sobre os inúmeros pedidos que me chegam das cidades que perderam a agência da Receita Federal, o que, sem dúvida alguma, vai piorar o serviço e dificultar o acesso dos cidadãos aos serviços da Receita. As cidades são: Aimorés, Andrelândia, Araguari, Carangola, Corinto, Dolores do Indaí, Guanhanes, Itabira, Iturama, Mantena, Muriaé, Muzambinho, Nanaque, Patrocínio, Pedra Azul, Santa Rita do Sapucaí, Santo Antônio do Monte, São Gotardo, Três Corações, Três Pontas e Viçosa.

Ninguém ficou sabendo previamente, nem nós, que temos as informações, que havia um estudo do Governo Federal sobre isso. Portanto, esse requerimento tem por objetivo inicial pedir explicações ao Governo Federal para saber as razões de estar fechando essas agências. Posteriormente, evidentemente, vamos cobrar de maneira mais enfática do Governo Federal, que, sem dúvida alguma, está prejudicando os mineiros, porque está fechando alguns postos que prestam serviços relevantes para a nossa comunidade. Em primeiro lugar, queremos aprovar um pedido de explicações, e em segundo, criticar o Governo Federal por esse descaso que está tendo para com as cidades do Estado de Minas Gerais. Muito

obrigado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar favoravelmente o requerimento dos Deputados Sebastião Costa e Paulo Piau. Queremos solidarizar-nos com eles.

Recebemos "fax" de cidades do Sudoeste de Minas Gerais, principalmente da cidade de Muzambinho, que é minha principal base eleitoral e consta na relação divulgada pelo Deputado Paulo Piau. A Receita Federal, Deputados, tem alegado que a tecnologia é a razão do fechamento dessas agências em todo o Estado de Minas Gerais. Temos que refutar essa argumentação, porque, na verdade, a agência da Receita Federal de Muzambinho tem sob sua jurisdição inúmeras outras cidades da região. E diversos procedimentos são feitos pessoalmente na agência, não tendo como o cidadão utilizar-se dos recursos tecnológicos.

Deputado Sebastião Costa, gostaria de solidarizar-me com V. Exa., mas também gostaria de alertá-lo e a este Plenário de que a recomendação da Receita Federal é para que amanhã as agências estejam com as suas portas fechadas. Inclusive, Deputado Sebastião Costa, Deputado Paulo Piau, já há um aviso nas agências de muitas cidades dizendo que a partir de amanhã a Receita Federal não mais funcionará.

Portanto, estamos solidários com esse requerimento e exigimos mais que simples providências para a reabertura das agências. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos acompanham através da TV Assembléia, caros visitantes, imprensa, pessoas interessadas nesta matéria, é bom lembrar que temos a atitude de mostrar aquilo que entendemos ser o certo, o correto e justo.

Quando notamos a existência de grupo já formado para derrotar uma matéria, alguns têm uma atitude de não vir a público para prosseguir com sua meta ou prosseguir com a sua defesa. Não trabalho dessa maneira. Venho à tribuna para falar de uma matéria - o art. 269 - que, pelo que tenho ouvido da maioria dos companheiros, está praticamente decretada a não ser aprovada por esta Casa.

Quero lembrar que os funcionários da justiça há 40 anos têm o direito adquirido do recesso forense. Ou será que é interessante que tenhamos dentro do fórum, por 60 dias, funcionários parados sem ter o que fazer? É um direito adquirido. Penso que os Srs. Deputados, aqueles que ainda estão em dúvida, deveriam fazer justiça a um direito de 40 anos.

Não vou me alongar, embora gostasse de deixar claro que isso não é campanha. Voto pela aprovação do art. 269. O meu voto é a favor de que o direito adquirido não seja ferido e os funcionários da justiça continuem com o mesmo regimento, que existe há 40 anos. Quero perguntar aos Deputados, se um irmão, ou primo, ou a própria mãe trabalhasse lá, se iriam tomar a posição de cortar um direito adquirido há 40 anos? Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como advogados, entendemos e reconhecemos o trabalho desenvolvido pelos servidores do Judiciário, principalmente em razão do volume dos processos que tramitam pelas prateleiras dos fóruns e dos tribunais do Estado. Por outro lado, não podemos aceitar o dispositivo que veio do Tribunal de Justiça, encaminhado pelo Projeto de Lei nº 117, que estabelece que todos os funcionários do Poder Judiciário terão férias de 60 dias. Até hoje, somente os funcionários do Tribunal de Justiça têm férias de 60 dias. Isso é um privilégio em detrimento da grande maioria, ou seja, dos 300 mil funcionários públicos do Estado. Apresentamos um substitutivo para reduzir essas férias para 25 dias úteis, período que todos os funcionários públicos do Estado têm. Não encontro fundamentação jurídica que sustente um privilégio dessa natureza em favor dos funcionários do Judiciário, apesar de ter grande respeito pelo esforço que têm desenvolvido para dar conta do grande volume de serviços do Judiciário. Gostaria que os nossos colegas Deputados votassem "não".

Sr. Presidente, esse dispositivo vem dar lógica ao projeto. Ressalto a questão das câmaras e dos tribunais. Conforme havíamos discutido, no 2º turno substituiremos as câmaras por tribunais. Vamos votar "sim".

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/11/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.928, de 2000, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Edson Rezende

exonerando Eveline Juncal Victória do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.821, de 2/12/99, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Eveline Juncal Victória para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PSB;

nomeando Marcus Alexandre Quintino Vieira para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Deputada Elaine Matozinhos, Vice-Líder do PSB.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Ronaldo Canabrava, matrícula 9672-5, no período de 22/11/2000 a 24/11/2000.

Mesa da Assembléia, 1º de dezembro de 2000.

Anderson Aauto, Presidente.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais. Objeto: seguro total para veículos. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto. Vigência: de 26/11/2000 a 25/5/2001. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127-0001 3132(301).

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Consultoria e Treinamento de Segurança Ltda. Objeto: prestação de serviços técnicos de consultoria de segurança em comunicação, informações e instalações. Objeto deste aditamento: modificação das cláusulas 3.1, 6 e 7. Vigência: a partir da assinatura.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembleia verificada na edição de 1º/12/2000, na pág. 22, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada", onde se lê:

"nomeando Celso Eduardo Testoni Neiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas", leia-se:

"provendo Celso Eduardo Testoni Neiva no cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada."